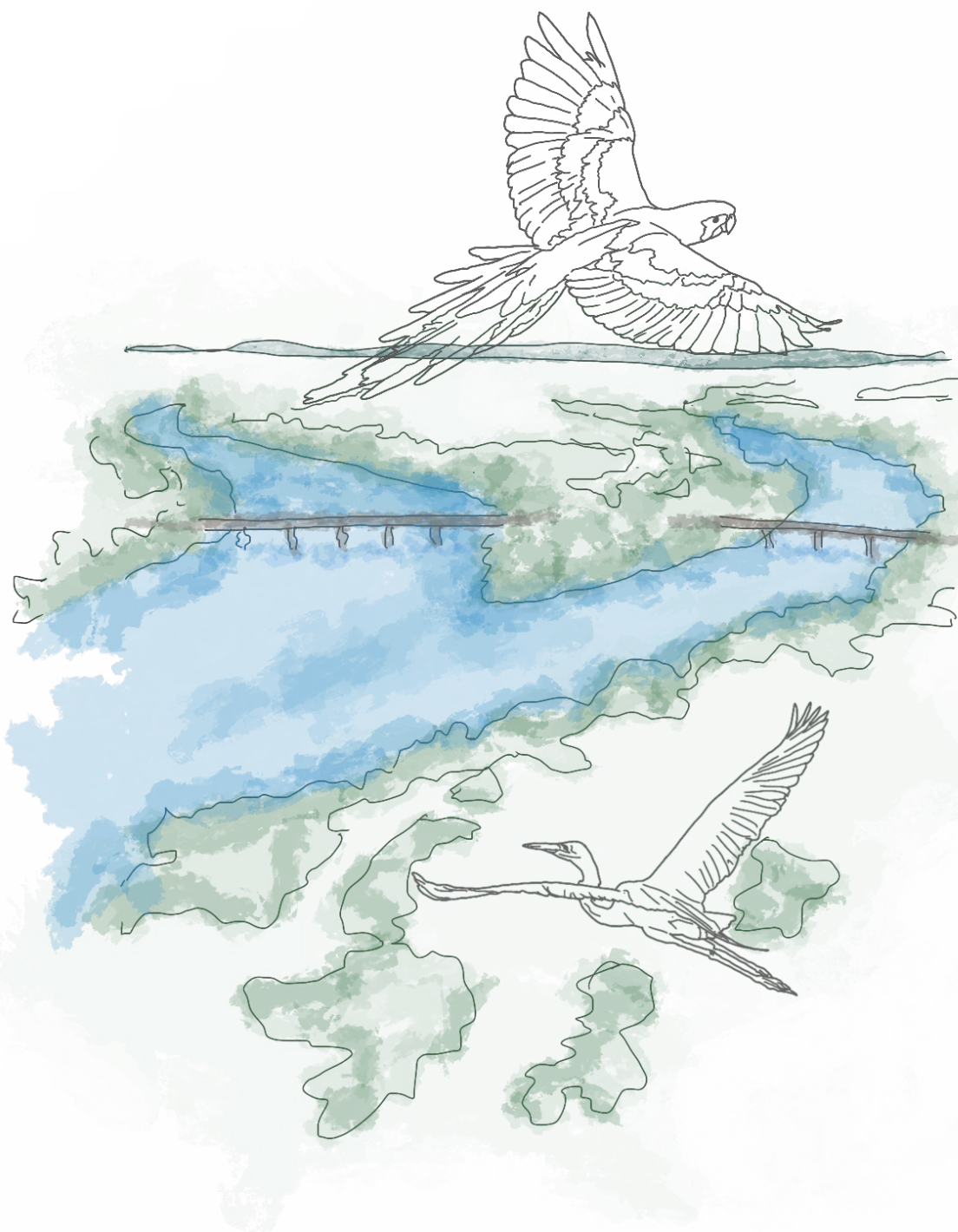


TERRITÓRIOS DE BEIRAS

UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE O RIO ARAGUAIA E A CIDADE DE ARAGARÇAS, GOIÁS





UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOÍAS (UFG)
FACULDADE DE ARTES VISUAIS (FAV)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE

MARDOKAI MARTINS OLIVEIRA

Territórios de Beiras: um estudo das relações entre o Rio Araguaia e a
cidade de Aragarças, Goiás

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Mardokai Martins Oliveira

3. Título do trabalho

Territórios de Beiras: um estudo das relações entre o Rio Araguaia e a cidade de Aragarças, Goiás

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa.

Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Mardokai Martins Oliveira, Discente**, em 13/02/2025, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Oliveira Mello, Professor do Magistério Superior**, em 13/02/2025, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 5056092 e o código CRC 008A4FB8.

MARDOKAI MARTINS OLIVEIRA

Territórios de Beiras: um estudo das relações entre o Rio Araguaia e a cidade de Aragarças, Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Projeto, Teoria, História e Crítica.

Linha de pesquisa: História e Teoria da Arquitetura e da Cidade.

Orientador: Professor Doutor Fernando Antônio Oliveira Mello.

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Mardokai Martins

Territórios de Beiras [manuscrito] : um estudo das relações entre o Rio Araguaia e a cidade de Aragarças, Goiás / Mardokai Martins Oliveira. - 2025.

CXVIII, 118 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Oliveira Mello.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de figuras.

1. Transformações urbanas. 2. Aragarças. 3. Representações. 4. Rio Araguaia. 5. Territórios. I. Mello, Fernando Antônio Oliveira, orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 011/2024 da sessão de Defesa de Dissertação de Mardokai Martins Oliveira, que confere o título de Mestre(a) em Projeto e Cidade, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Ao/s **dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **oito horas e trinta minutos**, através de **webconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"Territórios de Belas: um estudo das relações entre o Rio Araguaia e a cidade de Aragarças, Goiás"**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Fernando Antônio Oliveira Mello (PPGPROCIDADE/FAV/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Michel Alves Ferreira - (UNEMAT/ Campus de Nova Xavantina)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Adriana Mara Vaz de Oliveira (PPGPROCIDADE/FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Fernando Antônio Oliveira Mello (PPGPROCIDADE/FAV/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Oliveira Mello, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Mara Vaz De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2024, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michel Alves Ferreira, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5036393** e o código CRC **D5735ED5**.

Referência: Processo nº 23070.062429/2024-48

SEI nº 5036393

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido sabedoria, força e oportunidade ao longo de toda esta jornada acadêmica e pessoal. Agradeço profundamente aos meus pais, Malaquias Martins de Oliveira e Adriane Franco de Lima Martins, que, desde o início, acreditaram incondicionalmente no meu potencial. Não só apoiaram meus sonhos, mas também investiram neles, garantindo que eu tivesse as melhores oportunidades para alcançar meus objetivos. O exemplo de dedicação, perseverança e amor que eles me deram será sempre uma inspiração em minha vida.

Às minhas irmãs, Malany Franco de Oliveira e Alanna Gabriella Franco de Oliveira, e à minha sobrinha Helena Franco Moura, expresse minha mais profunda gratidão por estarem comigo em todos os momentos, oferecendo apoio emocional e sendo fontes constantes de carinho, incentivo nos momentos de maior dificuldade.

Estendo meus agradecimentos sinceros aos demais familiares, amigos e colegas de profissão, que ao longo dessa caminhada, me ofereceram não apenas apoio, mas também companheirismo inestimável. Em especial à minha colega e amiga de graduação e de pós-graduação, Flávia Cirqueira Rodrigues Lopes que me incentivou à entrar no programa de pós-graduação e por diversos momentos me ofereceu apoio com análises e apontamentos para melhoria do processo de pesquisa.

Um agradecimento à Fernanda Cardoso Conrado Jacintho, cuja amizade verdadeira e perene superou as barreiras da distância física. Mesmo longe, Fernanda se fez presente com palavras de conforto e encorajamento por mensagens e ligações. Durante este percurso tão desafiador de escrita da dissertação, sua presença me trouxe esperança e motivação, sua generosidade e empatia nunca passaram despercebidas e, por isso, sou grato.

Agradeço também a todas as pessoas que entraram na minha vida durante o período de mudanças por três cidades distintas após a qualificação. Essas transições, que trouxeram novos desafios tanto no campo profissional quanto no pessoal, também proporcionaram oportunidades para que eu conhecesse diferentes realidades e formas de vida. Foi em meio às essas mudanças que, diante de crises de ansiedades e temores naturais do processo de pesquisa e escrita, encontrei apoio e cuidado em algumas pessoas que, de forma inesperada, se tornaram fundamentais.

Não posso deixar de expressar meu profundo agradecimento aos cidadãos e cidadãs de Aragarças, Barra do Garças e Pontal do Araguaia, que, durante o processo de pesquisa de campo abriram generosamente suas portas e compartilharam comigo suas histórias, experiências e suas

relações com o rio Araguaia. Em especial, menciono Jarbas Alves de Brito, que gentilmente me guiou pelas ruas da cidade de Aragarças, apresentando-me marcos históricos significativos ao longo do tempo. Aproveito também para destacar o privilégio de conhecer Ana Rute Diniz de Aguirre, filha da historiadora e escritora Zélia dos Santos Diniz.

A Ana Rute compartilha o mesmo encanto de sua mãe ao preservar a história local, e foi uma honra aprender mais sobre o seu povo, os símbolos e as relações construídas às margens do rio Araguaia. Além disso, fui presenteado com uma obra da saudosa Zélia Diniz, um gesto de inestimável valor. Sem o apoio dessas pessoas, a riqueza e a profundidade desta pesquisa não teriam sido possíveis.

Minha gratidão se estende também aos pesquisadores e exploradores que desbravaram os caminhos do rio Araguaia antes de mim, cujas investigações e descobertas lançaram as bases para o meu trabalho. Esses pesquisadores, contemporâneos e das gerações passadas, respeitaram e honraram a memória dos povos que habitam as margens do rio. Suas contribuições não se limitaram à produção acadêmica, ajudaram a preservar a história e cultura das comunidades locais, oferecendo descrições da vida no sertão e ultrapassando o simples imaginário popular.

Reconheço também, com enorme apreço, todos os mestres e professores que, desde a minha pré-alfabetização, dedicaram tempo, paciência e esforço para transmitir conhecimento e compartilhar suas experiências. Cada um deles, em diferentes etapas da minha formação, contribuiu de maneira única para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. De modo especial, agradeço ao meu orientador de mestrado, professor Fernando Antônio Oliveira Mello, cuja orientação cuidadosa e paciente foi crucial para a conclusão da dissertação. Seu respeito, zelo e talento me inspiraram a ir além, desafiando-me a alcançar novos conhecimentos e reflexão crítica.

Por fim, registro minha gratidão à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), cujo apoio financeiro e institucional foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Sem o apoio da FAPEG, este projeto, com todas as suas complexidades e desafios, não teria se concretizado. Agradeço pela confiança depositada no meu trabalho, e por terem tornado possível a realização desta dissertação, que representa um marco significativo não apenas na minha trajetória acadêmica, mas também no aprofundamento do conhecimento sobre a região do rio Araguaia e Aragarças.

“O território é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo”.

Marcus A. Saquet

RESUMO

A presente pesquisa possui como tema principal o estudo das relações entre o rio Araguaia e a cidade de Aragarças-Go, que ocorrem diante dos processos de usos e ocupações das margens ao longo da história. Sendo que, o rio Araguaia serve como palco para acontecimentos históricos na região e também tem possibilitado a formação de territórios definidos a partir dos interesses de determinados grupos sociais. Diante deste cenário, a pesquisa busca compreender as relações do rio Araguaia na formação e na produção dos espaços de Aragarças em Goiás, a partir da identificação e do mapeamento dos territórios e das territorialidades hoje encontradas na cidade, que conseqüentemente criam e simulam novas formas de vivência e representações. Com isso, espera-se identificar através de uma abordagem histórica as transformações ocorridas ao longo do tempo que foram moldadas pela relação rio-cidade, caracterizar os espaços habitados e as práticas cotidianas relacionadas aos moradores locais e aos turistas, para ampliar o debate e a compreensão de uso e apropriação do rio Araguaia, na concepção de um símbolo cultural e de representações de uma região e de seus povos.

Palavras-Chave: transformações urbanas; Aragarças; representações; Rio Araguaia; territórios.

ABSTRACT

The present research focuses on the study of the relationships between the Araguaia River and the city of Aragarças, GO, shaped by the processes of use and occupation of its margins throughout history. The Araguaia River serves as a stage for historical events in the region and has also enabled the formation of territories defined by the interests of specific social groups. Within this context, the research seeks to understand the role of the Araguaia River in shaping and producing the urban spaces of Aragarças, Goiás, through the identification and mapping of the territories and territorialities currently found in the city, which consequently create and simulate new forms of living and representation. Thus, the study aims to identify, through a historical approach, the transformations that have occurred over time as shaped by the river-city relationship, to characterize the inhabited spaces and everyday practices of local residents and tourists, and to broaden the debate and understanding of the use and appropriation of the Araguaia River as a cultural symbol and representation of a region and its people.

Keywords: urban transformations; Aragarças; representations; Araguaia River; territories.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- ORGANOGRAMA DAS TÉCNICAS DE PESQUISA	22
FIGURA 2- MAPA LOCALIZAÇÃO RIO ARAGUAIA.....	26
FIGURA 3- MAPA DIVISÕES DO RIO ARAGUAIA.....	27
FIGURA 4- POVOS INDÍGENAS, CARAJÁS ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA.	29
FIGURA 5- A CRIAÇÃO DO MUNDO, O PAI DOS CARAJÁS E O JABURU.....	30
FIGURA 6- IRMÃS DOMINICANAS E MISSIONÁRIAS NO ARAGUAIA.....	31
FIGURA 7- MAPA DAS MISSÕES DOMINICANAS.	32
FIGURA 8- O RIO ARAGUAIA.	33
FIGURA 9 - CAMINHOS DA MARCHA PARA O OESTE.....	36
FIGURA 10- VILAREJO ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA, BARRA GOIANA.....	37
FIGURA 11- DIFERENTES OCUPAÇÕES E MANIFESTAÇÕES ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA.	38
FIGURA 12- TRANSPORTE FLUVIAL, MIGRANTES PELO RIO ARAGUAIA.	39
FIGURA 13- MARGENS DO RIO ARAGUAIA, EXPEDICIONÁRIOS NAVEGANDO PELA REGIÃO.	40
FIGURA 14- POPULAÇÃO RIBEIRINHA DO RIO ARAGUAIA.	41
FIGURA 15- ACAMPAMENTO PROVISÓRIA DA EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU NO ALTO DA MONTANHA	42
FIGURA 16- MAPA DOS PRESÍDIOS MILITARES DO SÉCULO XIX	43
FIGURA 17- BASE DA FBC EM BARRA GOIANA.	44
FIGURA 18- O AVIÃO ARAGUAIA DO CORREIO AÉREO NACIONAL EM ÁREAS REMOTAS.	45
FIGURA 19- CAMPO DE POUSO E AVIÃO DA FAB EM ARAGARÇAS, ANO 1950.	46
FIGURA 20- CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E PONTE SOBRE O RIO ARAGUAIA, EM ARAGARÇAS.	47
FIGURA 21- CABANA DE INDÍGENAS “CIVILIZADOS” ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA.	51
FIGURA 22- CAMINHOS FLUVIAIS, EXPEDICIONÁRIOS NAVEGANDO O RIO ARAGUAIA SENTIDO AO RIO TAPIRAPÉS.	52
FIGURA 23- PONTO DE PARADA DE BARCOS QUE NAVEGAM PELO RIO ARAGUAIA.....	54
FIGURA 24- BATELÕES EM VIAGEM PELO RIO ARAGUAIA.....	56
FIGURA 25- POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO POVOADO DE DEIXADO COM RELAÇÃO A ATUAL CIDADE DE ARAGARÇAS.....	57
FIGURA 26- VISTA AÉREA DA CONFLUÊNCIA DO RIO ARAGUAIA E DO RIO DAS GARÇAS, BARRA GOIANA E BARRA CUIABANA.	58
FIGURA 27- ASSENTAMENTO DE GARIMPEIROS, CHOUPLANAS COM FOLHAS DE PALMEIRAS.....	59
FIGURA 28- VISTA AÉREA DA CIDADE DE ARAGARÇAS (GO) E BARRA DO GARÇAS (MT).....	60
FIGURA 29- CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO. SUPERINTENDE DA FBC INSPECIONA OS TRABALHOS.	63
FIGURA 30- PLANTA URBANÍSTICA DE ARAGARÇAS (1954) COM OS RIOS ARAGUAIA E GARÇAS A NORTE E A DIVISÃO EM SETORES.	64
FIGURA 31- PRIMEIRO SETOR A SER IMPLEMENTADO COM USOS PARA A AVENIDA PARQUE, DIRECIONADA A NORTE.....	65
FIGURA 32- PLANTA E SEÇÃO TRANSVERSAL DA AVENIDA PARQUE.....	66
FIGURA 33- PLANTA E SEÇÃO TRANSVERSA DA AVENIDA-PARQUE.	66
FIGURA 34- AEROPORTO SALGADO FILHO EM ARAGARÇAS-GO.	67
FIGURA 35- AVIÃO NA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO SALGADO FILHO.....	68

FIGURA 36- OBRAS DO HOSPITAL REGIONAL GETÚLIO VARGAS.	69
FIGURA 37- FACHADA DO HOSPITAL REGIONAL GETÚLIO VARGAS.	69
FIGURA 38- PLANTA DO HOSPITAL REGIONAL GETÚLIO VARGAS.	70
FIGURA 39- OBRAS DA IGREJA SÃO JUDAS TADEU EM ARAGARÇAS-GO.	71
FIGURA 40- VISTA DA IGREJA SÃO JUDAS TADEU EM ARAGARÇAS-GO.	72
FIGURA 41- PROJETOS DE PLANTAS E FACHADAS DA SEDE DA FBC EM ARAGARÇAS-GO.	73
FIGURA 42- PROJETOS DE FACHADAS E CORTES DA ESCOLA SECUNDÁRIA EM ARAGARÇAS-GO.	73
FIGURA 43- CONJUNTO DE CASAS RESIDENCIAIS CONSTRUÍDAS PELA FBC EM ARAGARÇAS-GO.	74
FIGURA 44- CONJUNTO DE CASAS RESIDENCIAIS DA VILA CEARÁ, CONSTRUÍDAS PELA FBC EM ARAGARÇAS-GO.	75
FIGURA 45- FINALIZAÇÃO DAS OBRAS DA PONTE SOBRE O RIO ARAGUAIA EM ARAGARÇAS-GO.	76
FIGURA 46- OFÍCIO RELIGIOSO CELEBRADO PELO PRESIDENTE DA FBC, O MARCO DO CRUZEIRO EM ARAGARÇAS-GO.	80
FIGURA 47- CAMPUS AVANÇADO EM BARRA DO GARÇAS(MT) – PROJETO RONDON. VISTA AÉREA DO CAMPUS.	81
FIGURA 48- VISITA DO REITOR DA UNB AO CAMPUS AVANÇADO DO ARAGARÇAS E BARRA DO GARÇAS – PROJETO RONDON. KOMBI DO PROJETO RONDON – REITOR E OUTROS EM PRIMEIRO PLANO.	82
FIGURA 49- CHEGADA DOS ESTUDANTES À ARAGARÇAS COM DESTINO AO CAMPUS AVANÇADO EM BARRA DO GARÇAS. AVIÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA PARADO, PESSOAS DESCENDO E OUTRA JÁ DO LADO DE FORA.	83
FIGURA 50- PISTA DE POUSO AEROPORTO CID LANA - FBC.....	88
FIGURA 51- EDIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AEROPORTO CID LANA - FBC.	88
FIGURA 52- INSTALAÇÕES DO ANTIGO TERMINAL DE EMBARQUE DO AEROPORTO CID LANA - FBC.	89
FIGURA 53- CRUZEIRO – MARCO ZERO DE ARAGARÇAS - FBC.....	90
FIGURA 54- CONJUNTO DE CASAS GEMINADAS, VILA CEARÁ - FBC.	91
FIGURA 55- JANELAS DE CORRER ORIGINAL EM MADEIRA E VIDRO, VILA CEARÁ - FBC.	92
FIGURA 56- VILA MILITAR E FAB – FBC, ATUAL SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ARAGARÇAS.	93
FIGURA 57- VILA MILITAR E FAB – FBC, ATUAL RESIDÊNCIA EM ARAGARÇAS.	93
FIGURA 58- CHAMINÉ DA OLARIA - FBC.	94
FIGURA 59- CASA DO MOTOR - FBC.	95
FIGURA 60- PRAÇA DA VILA CEARÁ E CAIXA D'ÁGUA - FBC.....	96
FIGURA 61- O GRANDE HOTEL – GETÚLIO VARGAS DA FBC.	97
FIGURA 62- ANTIGO CLUBE DOS FUNCIONÁRIOS DA FBC, ATUAL SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA SOCIAL DR. LUIZ PAULO REZENDE.	98
FIGURA 63- IGREJA SÃO JUDAS TADEU – FBC, EM ARAGARÇAS-GO.....	99
FIGURA 64- ELEMENTOS DA FACHADA DA IGREJA SÃO JUDAS TADEU – FBC, EM ARAGARÇAS-GO.	99
FIGURA 65- HOSPITAL MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS – FBC, EM ARAGARÇAS-GO.....	100
FIGURA 66- ELEMENTOS DA FACHADA DO HOSPITAL MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS – FBC, EM ARAGARÇAS-GO.....	101
FIGURA 67- RUA JACINTO LEÃO DA SILVA, EM ARAGARÇAS-GO.	101
FIGURA 68- FACHADA DO ANTIGO MUSEU DA CASA DE PEDRA, EM ARAGARÇAS-GO.	102
FIGURA 69- ORLA DO RIO ARAGUAIA, EM ARAGARÇAS-GO.	103
FIGURA 70- OCUPAÇÕES ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA, PRAIA QUARTO CRESCENTE EM ARAGARÇAS-GO.	103
FIGURA 71- CLUBES DE ÁGUAS TERMAIS EM ARAGARÇAS-GO.	104

FIGURA 72- OCUPAÇÕES ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA, PRAIA QUARTO CRESCENTE EM ARAGARÇAS-GO.....	104
FIGURA 73- PRAIA DO ORLEY ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA, PRÓXIMO DE ARAGARÇAS-GO.....	105
FIGURA 74- PRAIA DO CIPÓ ÀS MARGENS DO RIO ARAGUAIA, PRÓXIMO DE ARAGARÇAS-GO.....	105
FIGURA 75- Córrego Areia, ARAGARÇAS-GO.....	106
FIGURA 76- Cascata e formações rochosas no Córrego Areia, ARAGARÇAS-GO.....	106
FIGURA 77- Ruínas do cemitério do povoado de Deixado, ARAGARÇAS-GO.	107
FIGURA 78- Feira da Lua, espaço de recreação e alimentação, em ARAGARÇAS-GO.....	108
FIGURA 79- Feira da Lua, em ARAGARÇAS-GO.....	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CAN – CORREIO AÉREO NACIONAL

COMMEA - CONSÓRCIO DOS MUNICIIOS DO MÉDIO ARAGUAIA

DF - DISTRITO FEDERAL

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

FAB - FORÇA AÉREA BRASILEIRA

FAPEG - FUNDAÇÃO DE AMPARO  PESQUISA DE GOIÁS

FBC - FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

GO - GOIÁS

IAPI - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO S INDUSTRIÁRIOS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MT - MATO GROSSO

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

PNUD - PROGRAMA DAS NAOES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

POLOCENTRO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CERRADO

RJ - RIO DE JANEIRO

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

UNB - Universidade de Brasília

URBS LTDA - URBS Construções e Urbanismo LTDA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. ÁGUAS CAUDALOSAS	23
1.1 Araguaia - o caminho para o Oeste	24
1.2 O espólio das águas do Araguaia	39
2. ÁGUAS TURVAS	49
2.1. Entre Barras e Beiras.....	50
2.2. Aragarças – um topônimo de modernização	61
3. ÁGUAS HÍBRIDAS	77
3.1. Territórios de disputas	78
3.2. Afluências Urbanas – legados e desafios pós-modernização.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS	115
Anexo 1 – Lei N°1314 de 20 de dezembro de 2002 – Tombamento de Patrimônio Histórico do Aeroporto de Aragarças-GO.	115
Anexo 2 – Lei N° 790 de 14 de maio de 1993 – Tombamento de Patrimônio Histórico do prédio da Caixa D’Água de Aragarças-GO.....	116
APÊNDICES	117
Apêndice 1 - Identificação de Edificações Remanescentes e Traçado Urbano Contemporâneo de Aragarças- GO.....	117

INTRODUÇÃO

A relação entre as ocupações humanas e as águas é um tema amplamente abordado nos estudos urbanos justamente pelo papel preponderante que os rios exercem sobre a formação de cidades desde o início da história das civilizações. Condição que os conecta as histórias das cidades e aos processos de produção do espaço que se manifestam através de distintas e diversas formas de ocupação.

Da água necessária a subsistência, os rios maiores ou menores servem como caminho, como ligação, como fronteira, como meio de exploração econômica, como lugares de lazer e de contemplação. Uma vez apropriado pela vida humana, carregam em suas águas valores culturais, simbólicos, sociais e econômicos.

Nesse sentido, o rio Araguaia por sua grande extensão e importância regional, carrega em suas águas diferentes e múltiplas representações e significados. É caminho e ligação e, ao mesmo tempo, fronteira. Lugar natural habitado originalmente por comunidades indígenas da região serviu como via fluvial para o transporte de pessoas e de mercadorias no processo de colonização da região central do país, o que desencadeou povoações que originaram as atuais cidades existentes ao longo de seu curso.

Em Goiás, mais precisamente na região do Vale do Araguaia e na divisa com o estado de Mato Grosso, o rio Araguaia teve o seu processo de exploração e ocupação pautada extração dos recursos naturais. É nesse contexto do garimpo que surgiu o povoado de Barra Goiana que originou o atual município de Aragarças, em 1921 (Diniz, 2016). Desde então, o rio Araguaia tem servido como palco para acontecimentos históricos de exploração e ocupação da região.

O discurso que sustentava a criação do povoado de Barra Goiana, a exploração garimpeira, foi alterado com a chegada da Fundação Brasil Central (FBC) em 1943, que trouxe o discurso estatal de avanço e progresso para a região, como parte do programa Marcha para o Oeste, no governo do presidente Getúlio Vargas. Após atingir o seu apogeu administrativo na década de 1950, com a construção de toda a infraestrutura necessária para as atividades da FBC e o seu plano de progresso, como a criação de pontes, hospitais, aeroportos e outros.

Mais recentemente, o município se reconfigurou com base na exploração de seus atributos naturais por meio do turismo. O rio Araguaia despontou, então, como cenário de eventos culturais e suas margens se alteram a cada nova temporada, como ponto de encontro para turistas que chegam em busca de lazer principalmente nos períodos de férias anuais.

Segundo Santos (1979, p.12), a produção do espaço nas cidades é produto de uma sociedade, passível de alterações impostas pelo arranjo social, pelo estado de produção vigente e também por meio dos processos históricos. Portanto, para se identificar os fenômenos de transformação da paisagem é necessário avaliar os vínculos manifestados por um grupo de pessoas em determinado espaço e período. Assim as associações ajustadas são consideradas o princípio da cultura, por meio das ideias, sonhos, crenças, consciência e idealização de vida e vivência.

Com base nessas ideias, este trabalho traz como objeto de estudo o rio Araguaia e suas relações com a formação e estruturação do município de Aragarças. O Araguaia tem servido como palco para acontecimentos históricos de exploração e ocupação da região e, também, conformado territórios culturais definidos a partir dos interesses de determinados grupos sociais. Como mencionado, a cidade teve sua origem e ocupação ocasionada pelo garimpo na região. Posteriormente, a chegada da FBC induziu a outras formas de ocupação e da criação de redes de infraestrutura que foram sobrepostas à da Aragarças que se formou pelo garimpo e de sua relação extrativista com o rio. Atualmente, a intensificação do turismo devolve o protagonismo ao Araguaia sob outra forma de exploração. Como esses diferentes tempos se materializaram na cidade de Aragarças? Quais tipos de relações espaciais estabelecem com o Araguaia?

Uma das características das cidades turísticas é a sazonalidade na sua ocupação e nos tipos de espaços criados para atender aos turistas. Condição que acarreta, na maioria das vezes, a formação de duas cidades: a cidade do estrangeiro e a cidade do morador local. Característica que implica, também, nas práticas cotidianas e nas representações do atrativo turístico para um e outro grupo. No caso de Aragarças, existe essa distinção? Como são os espaços habitados pelos turistas? Como é a cidade do morador local? Como o morador local vê e se relaciona com o Araguaia?

Partindo desses questionamentos, o objetivo central dessa pesquisa é compreender as relações do rio Araguaia na formação e na produção dos espaços da cidade Aragarças, a partir da identificação e do mapeamento dos territórios e das territorialidades hoje encontradas na cidade. Busca-se, ainda, evidenciar as diferentes formas de ocupação e apropriação do Araguaia, identificar através de uma abordagem histórica as transformações ocorridas ao longo do tempo que foram moldadas pela relação rio-cidade, caracterizar os espaços habitados e as práticas cotidianas relacionadas aos moradores locais e aos turistas.

Tais objetivos direcionam a pesquisa para uma abordagem qualitativa que transitará tanto pela história do Araguaia e de Aragarças, quanto para o enfrentamento da condição atual da cidade.

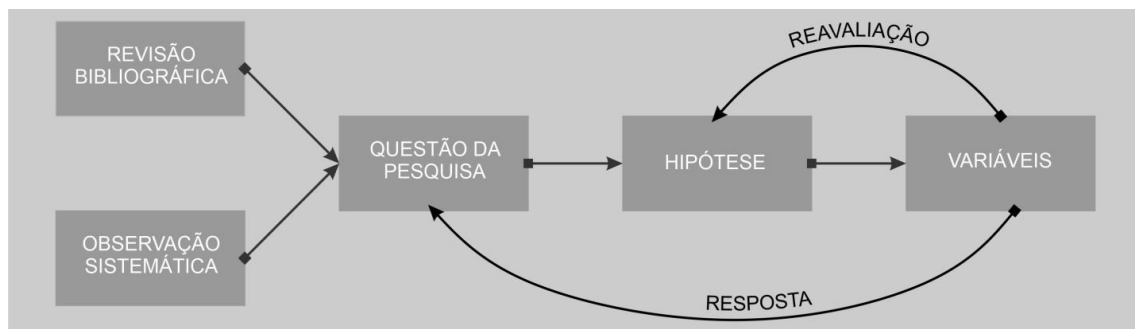
Caminhos que buscam compreender as formações e transformações espaciais, assumindo-as como fenômenos urbanos. Para Lefebvre (1999), o fenômeno urbano se oferece à análise como uma totalidade complexa, que pode ser sistematizadas a partir de níveis e de dimensões. Como níveis, o autor aponta três instâncias: global, intermediário e privado. No nível global está a representação e as vontades do poder do Estado, no intermediário a cidade e seus espaços públicos como representação do coletivo e no privado o nível do indivíduo, do habitar, que carrega as expressões das particularidades no ambiente urbano.

Como dimensões, Lefebvre (1999) elenca a forma como as relações sociais se materializam no solo urbano, tanto como resposta a uma ordem ditada pelo Estado quanto como reflexo de estratégias múltiplas que se confrontam. O autor chama a atenção para vitalidades específicas dos espaços urbanos nas chamadas práticas urbanas que aparecem enviesadas na vida cotidiana.

Perseguindo o raciocínio do autor, a pesquisa pretende transitar pelos três níveis, buscando compreender os direcionamentos dados pelo Estado para a ocupação de Aragarças e, paralelamente, como tais direcionamentos repercutiram na formação espacial da cidade, tanto no nível intermediário que diz respeito aos espaços coletivos conformados na cidade, quanto no domínio privado do habitar. Trata-se de levantar, mapear e identificar formas de ocupação existentes para, a partir das dimensões, verificar situações de confronto e as práticas urbanas que hoje acontecem em Aragarças.

Nesse percurso, preveem-se três frentes de pesquisa principais: a bibliográfica, documental e pesquisa de campo (Figura 1). A pesquisa bibliográfica pretende trazer referenciais bibliográficos apoiados em diferentes pontos de vistas e por diferentes autores, utilizando de definições e abarcando conceitos entre os campos da arquitetura, geografia, sociologia, filosofia e antropologia. Somando-se à documental, através da exploração bibliográfica serão levantadas, também, informações sobre a história e sobre aspectos legais que dizem respeito ao rio Araguaia e à Aragarças.

Figura 1- Organograma das técnicas de pesquisa



Fonte: Elaborado por Mardokai Oliveira, 2023.

Já a pesquisa de campo pretende mapear e identificar as diferentes formas de ocupações presentes na cidade em duas instâncias: dos espaços coletivos e dos espaços privados. Associadas as informações sobre a história de formação da cidade, a ideia é identificar áreas residenciais, áreas comerciais e de serviços, as infraestruturas que surgiram sobre influência da FBC e confrontar o tipo e padrão de ocupação e seus respectivos habitantes, com o propósito de associar comunidades e grupos sociais ao(s) fenômeno(s) de formação dos territórios. Com esses dados, foi possível verificar que ainda existe algum resquício da ocupação e das práticas que originaram a cidade com a atividade de garimpo no Araguaia, o impacto da FBC na cidade e, mais recentemente, do turismo no cotidiano e na estrutura urbana. Informações que permitirão discutir o que esteve e o que está em jogo na relação entre Aragarças e o Araguaia.

Assim, a dissertação divide-se em três capítulos, o primeiro destes separado em duas seções, inicia com uma abordagem sobre o rio Araguaia sendo ferramenta no processo de exploração do território brasileiro; na segunda parte, aborda sobre as medidas de intervenção no espaço para controle e distribuição das riquezas extraídas de suas margens.

No segundo capítulo versaremos na primeira seção o contexto histórico quanto à formação do município de Aragarças em Goiás e, as relações com as cidades vizinhas do estado de Mato Grosso, sendo Barra do Garças e Pontal do Araguaia; Na segunda parte, nos aproximaremos da história de Aragarças e a idealização do plano de desenvolvimento urbano adotado a partir do ano de 1953 fazendo desta um arquétipo do progresso para região.

E por fim, o terceiro capítulo transpõe a cidade de Aragarças idealizada do passado para a sua realidade atual, na primeira seção contextualiza-se sobre a retomada de sua autonomia administrativa a partir do ano de 1967; para finalizar, na segunda seção trataremos da análise do arranjo territorial que se consolidou com elementos sociais adotados durante o desenvolvimento, formando novos símbolos e representações dos povos do passado e presente.



1. ÁGUAS CAUDALOSAS

*Rio rico e caudaloso
Com água da cor do anil
Símbolo vivo e marcante
Do céu do nosso Brasil
De riquezas incontáveis
Para a população varonil.*

*És como um caule de árvore
Com galhos e ramos mil
Da nascente à embocadura
Se divisa seu perfil
Suas praias brancas são símbolo
Da paz deste imenso Brasil.*

*Arrimo dos garimpeiros
Desde a sua descoberta
Fonte piscosa dos pobres
Nos rumos por onde deserta
Berço de ouro e diamante
Que o seu leito acoberta. [...]*

(Silva, Antônio *apud* Diniz, Zélia, 1990, p.61; ARAGUAIA).



1.1 Araguaia - o caminho para o Oeste

Esta seção se propõe como um convite a uma jornada reflexiva em que exploraremos o imaginário que oscila entre um futuro progressista e o marasmo da atualidade, navegaremos pelas águas de um rio que traz em seu leito histórias e representações. Desde o ponto de partida, o foco estará nas águas, compreendendo que estas não possuem começo ou fim definido, mas integram ciclos contínuos e simbólicos que moldam e transformam as paisagens e narrativas culturais ao longo do tempo.

O ato de navegar aqui se inscreve como uma busca aprofundada dos saberes locais, visando compreender as origens e os desdobramentos das águas do rio Araguaia por contextos históricos e culturais. Esta investigação, situada em recortes espaço-temporais, busca observar como as margens do rio refletem a formação de territórios associados a ideais específicos, frequentemente impulsionados por interesses de apropriação e transformação espacial. Trata-se, portanto, de interpretar as águas como mediadoras de relações sociais e ambientais que revelam dinâmicas de poder, dominação e resiliência.

Segundo Bachelard (1997), a água é considerada o símbolo universal da vida e da pureza, atuando como força poética que liga a humanidade à natureza, permitindo um diálogo contínuo entre o ambiente e a subjetividade humana. Nesse contexto, o rio ao moldar fisicamente as margens e dividir territórios, insere-se também nas práticas de poder e resiliência dos grupos sociais. Ainda segundo o autor, a água mais do que um recurso natural, torna-se elemento simbólico que constrói significados e valores que permeiam à memória dos indivíduos.

Historicamente, a relação entre o ser humano e a natureza é marcada pela adaptação e pela transformação. O desenvolvimento das sociedades humanas ocorreu frente a inúmeras condições e limitações imposta pelo meio ambiente, quer este seja natural ou social, num ciclo contínuo de influências mútuas. Nesse contexto, a natureza não é apenas um dado imutável, mas sim uma entidade que se reconfigura diante das intervenções culturais, adquirindo novos contornos que refletem significados e valores atribuídos pelo homem ao longo do tempo.

A dinâmica entre sociedade e natureza resulta, como destaca Santos (1997), na excentricidade da ação humana, que se diferencia das demais formas de vida pela capacidade de produzir e de transformar. O autor ainda reforça que:

O homem constitui, dentro da natureza, uma forma de vida. O que distingue das outras formas de existência? [...] O fator distintivo determinante é o trabalho; o que torna o homem uma forma de vida *sui generis* é a capacidade de produzir. [...] Na sua relação com a natureza, o homem não tem uma atitude de repetição, mas sim de invenção. (Grifo do autor).



Esse processo de produção e invenção é caracterizado por uma relação progressiva e dinâmica entre o homem e o meio ambiente, onde os elementos naturais são reconfigurados pela ação humana, adquirindo novos significados e simbolismos. Santos (1997) evidencia essa ideia ao afirmar que “a relação do homem com a natureza é progressiva, dinâmica, podemos dizer que é reciprocamente progressiva”. Dessa forma, a natureza incorpora as intervenções humanas, passando a ser um espaço de múltiplas representações que refletem as práticas culturais e os valores da sociedade.

A água sendo um dos principais elementos naturais, encontrado em abundância, mas não sendo infinita, se diluí sob múltiplos sentidos. A capacidade produtiva do homem se reforça na disposição de novos significados e usos, como apresentado por Cunha (2000):

Se, por um lado é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico, enfeixando várias imagens e significados. Isso se manifesta quer nos ritos, nos cerimoniais sagrados e mitológicos, quer nas práticas agrícolas, no cultivo das plantas e das flores, na fecundação da terra (e da alma).

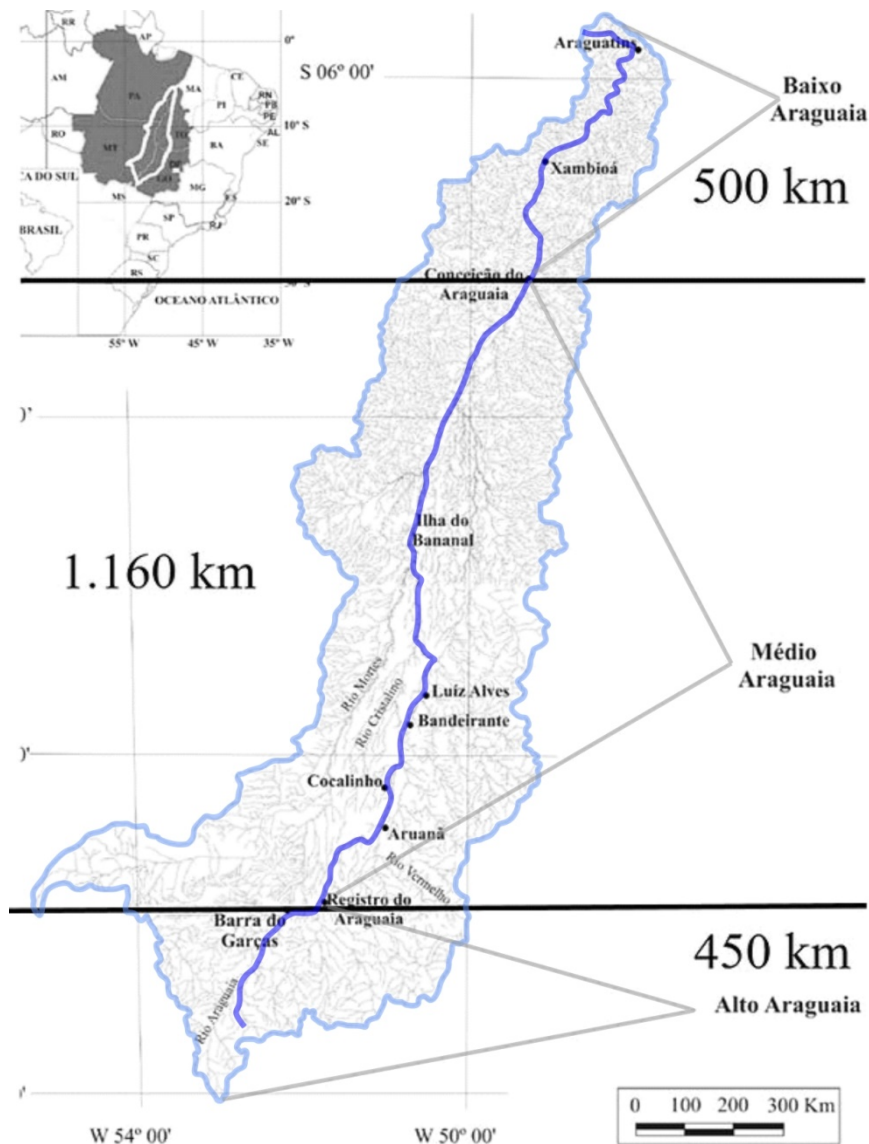
Entre usos e representações, a água permeia a vida de todos os seres, sendo a principal fonte de recursos vitais ou, servindo como elemento místico que alimenta o imaginário do homem e reflete suas feições. Em sua dimensão prática, a água é essencial à economia, servindo como um fator estratégico no contexto do poder político, ao passo que, em sua dimensão simbólica, revela os significados culturais e sociais que as comunidades atribuem ao meio ambiente.

Diante dessa perspectiva, o rio Araguaia emerge como um exemplo significativo de água dotada de múltiplos sentidos e funções. Ao compreender a complexidade dos significados e usos atribuídos ao Araguaia, torna-se possível apreciar sua extensão de aproximadamente 2.115km, desde sua nascente na Serra do Caiapó, nas proximidades do Parque Nacional das Emas, no município de Mineiros em Goiás, até a sua confluência com o rio Tocantins. Se integra a quarta maior bacia de drenagem da América do Sul, a bacia Tocantins-Araguaia, que abrange cerca de 11% do solo brasileiro (Gandara; Pereira, 2017, p.147).

O rio Araguaia atravessa quatro estados brasileiros (Figura 2), sendo Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, sendo predominante na região Centro-oeste. Com uma extensão que percorre em torno de 55 municípios e uma população de aproximados 820 mil habitantes (IBGE, 2006), o leito navegável do rio se estende por 1.818Km. Oferece uma via de conexão entre regiões Centro-oeste e Norte do Brasil. Sua extensão com uma vasta área revela não somente a importância econômica e ecológica do Araguaia, mas também seu papel como vetor de significados culturais e simbólicos, estabelecendo-se como uma linha de convergência entre a natureza e a história humana.



Figura 3- Mapa divisões do rio Araguaia



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais e Limnológicas, Planaltina – UNB. Adaptado pelo autor, 2024.

O rio Araguaia destaca-se como um dos principais eixos de navegação que impulsionaram a exploração das regiões Centro-oeste e Norte do Brasil. Historicamente, suas águas possibilitaram a conexão entre as áreas urbanizadas do Sul e Sudeste ao interior do país, favorecendo o avanço sobre o chamado sertão “desconhecido”. O vasto Oeste, rico em minérios e terras férteis, contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico, especialmente com o avanço da fronteira agrícola e a exploração de recursos naturais.

Com todos os aspectos mencionados, o rio Araguaia apresentou-se como um grande atrativo para a criação de rotas de navegação que favorecessem o desbravamento das regiões centro-oeste e norte do Brasil. Tornou-se como um grande caminho de ligação das regiões



“civilizadas”, Sul e Sudeste para o sertão até então dito como “desconhecido”. O oeste que preservava riquezas, como minérios e terras férteis que a posterior contribuiu para com o desenvolvimento econômico do país.

A construção da história de povos civilizados, o arranjo de aglomerados urbanos se deu sobre a permanência do uso dos recursos naturais, a existência de corpos d’água proporcionavam condições de vínculos ao homem sobre o espaço e o desenvolvimento de técnicas de cultivo e produção para subsistência. Assim, tornou-se através do trabalho humano, a ligação dos seres como um grande organismo vivo e complexo, Santos (1988) apresenta:

Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza.

Santos (2009) ainda reforçam que as características físicas dos corpos d’água são fatores importantes para ordenamento e crescimento das cidades, segundo o autor, os córregos não se apresentam como um grande desafio, pois estes podem ser facilmente canalizados ou suprimidos para favorecer a ocupação urbana. Porém, segundo a fala do autor, “[...] os grandes rios possibilitam a construção de portos, de áreas de lazer, etc. [...] A existência de um grande rio permite a utilização para o transporte marítimo e a ocupação do litoral e das suas margens [...]” (Santos, 2009, p.71-72).

Desse modo, o rio Araguaia converteu-se um relevante artifício para ocupação do Oeste do Brasil e a construção de representações culturais de povos da região e, através do resgate histórico compreendemos tamanha importância diante do cenário político e econômico do país. Até o século XIX, suas margens eram ocupadas por povos indígenas (Figura 4) das etnias Carajás, Javaés e Xavantes (Gandara; Pereira, 2017, p.148). Segundo o relatório do Dr. Manoel de Araújo, presidente de província de Goiás de 1861, existiam aproximadamente 10 mil indígenas em suas margens.



Figura 4- Povos indígenas, Carajás às margens do rio Araguaia.



Fonte: Tournier, R. 1978, p.13, 24 e 26. Disponível em: < <http://www.etnolingustica.org/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

Antes da consolidação do ideário político-econômico e da adoção do nome Araguaia, o rio já fora nomeado de diferentes formas. Para os povos Carajás, era denominado como “Ber-ô-can” com significado na língua nativa como “rio Grande”. Na carta da Capitania de Goiaz, realizada pelo Sargento Mor Thomas de Souza em 1778, o rio era reconhecido como Paraupava, rio Grande e Araguaya. Assim os Bandeirantes adotaram a nomenclatura “Araguaya” sendo transcrito para Araguaia, o que significa na língua tupi-guarani como “rio das Araras”, sendo “aqueles que colorem o céu com suas penas vermelhas e azuis em uma vasa de extrema exuberância” (Gandara; Pereira, 2017, p.149).

Segundo a lenda dos povos Carajás e Tereno, o rio Araguaia está além de um grande elemento natural e geográfico, o seu leito carrega representações do imaginário e símbolos de culturas. Para os povos nativos, o rio é o início e o fim da vida, o grande encontro dos seres divinos com o homem, o surgimento de tribos, construção de tradições sobre o morar e a relação com a natureza, seus recursos para subsistência. Como apontado pelo pesquisador e etnográfico



Fritz Krause em seus relatos de viagens em contato com os Carajás, uma importante lenda, a Criação do Mundo:

O pai dos Karajás é Deus (Kinoxiwe). O mundo estava nas trevas. Deus engoliu ar, então ficou com a barriga grossa; estava deitado no chão. Veio o Jaburu. Depois veio a ave pequena caracá e sentou-se ao lado. Disse: Vamos comer. O outro disse: Espere até mais tarde. O jaburu fez voltas por cima. A pequena ave disse: Ele está morto. O jaburu disse: não, está vivo. O jaburu voou ainda ao redor. Depois sentou-se na barriga de deus. O deus agarrou-o e ficou vivo. Obrigou o jaburu trazer luz; porque ainda não havia luz. O jaburu trouxe uma luz pequena. Deus disse: Não, quero outra. O jaburu trouxe uma luz maior, a lua, perguntou: É esta? Deus disse: Não, quero outra. Então o jaburu trouxe o próprio sol e tudo ficou na claridade do dia. O jaburu foi embora. Também a pequena ave foi embora. Os Karajás ficaram. Era dia. Naquele tempo, os Karajás moravam debaixo da água. Sua pátria é no Furo das Pedras. (Kraus; Baldus, 1979, p.118)

O Furo das Pedras se configura como o ponto de origem dos povos Iny (Carajás, Xambioá e Javaé), a crença da Criação do Mundo narra que estes viviam inicialmente nas profundezas do rio Araguaia e, ao emergirem pelo Furo das Pedras (Figura 5), passaram a habitar suas margens, estabelecendo uma relação com o ambiente mediado pelo respeito à natureza e interdependência com o rio e seus recursos. Para os Iny, o Araguaia é mais do que um elemento natural, é a “mãe” e o “pai” de seu povo, o início e o fim de todas as coisas, um elo com o divino.

Figura 5- A criação do Mundo, o pai dos Carajás e o Jaburu.



Fonte: Virtualia, 2009. Disponível em: < <https://virtualia.blogs.sapo.pt/>>. Acesso em: 28 set. 2024.



A importância do rio e de suas formações rochosas como símbolos sagrados é destacada pela cultura dos povos nativos, vertente presente na lenda da Criação do Mundo e no local de vivência como o Furo das Pedras. A relação dos povos Iny com o Araguaia é constatada pela reverência e pelo reconhecimento de sua sacralidade, evidenciando uma visão de mundo em que o território não é apenas espaço de vida, mas também da ancestralidade e espiritualidade.

Para os povos nativos, a dimensão do rio está profundamente enraizada no respeito aos ciclos naturais e na interdependência entre natureza e homem, se opõe à lógica exploratória que se instauraria com a chegada dos colonizadores europeus. Até meados do século XIX, as terras brasileiras permaneciam sob o comando da coroa portuguesa, servindo de fonte para extrações de minérios e produções agrícolas. Os postos de controle das riquezas e produções se encontravam nos aglomerados urbanos às margens do litoral para fácil escoamento e controle dos recursos. Contudo, algumas comunidades e vilas já existiam terras à dentro, fomentadas pelas expedições dos bandeirantes.

As primeiras expedições europeias para o interior do Brasil possuíam caráter militar e religioso, conhecidas como missões dominicanas (Figura 6) ocorreram desde o final do século XVI (Ordália; Nazareno, 2020, p.5), partiram da região sul e sudeste (Figura 7), principalmente de São Vicente (São Paulo). O objetivo principal era evangelizar e colonizar as populações indígenas, ocupando terras e a busca por metais preciosos, consequentemente a capturar indígenas da região para servirem de mão de obra escrava. Inúmeras trilhas realizadas pelos nativos serviram de apoio para a indicação dos percursos das expedições, interligando o interior ao litoral brasileiro.

Figura 6- Irmãs Dominicanas e Missionárias no Araguaia.



Fonte: Tournier, R. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/> > Acesso 21 ago. 2024.



Este vasto território da missão dominicana do Brasil está distribuído por cinco centros de apostolado, escalonados do sul ao norte por uma linha quase perpendicular: Uberaba, a 20° de latitude; Goiás e Formosa, a 17°; Porto Nacional, a 11°; Conceição do Araguaia, a 9° (Tournier, 1942, p.11).

Figura 7- Mapa das Missões Dominicanas.



Fonte: Tournier, R. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/> > Acesso 21 ago. 2024

O começo das Bandeiras, expedições de colonizadores e missionários, foram motivadas pela lenda do Paraupava. Que se iniciou a partir do ano de 1500, após o estabelecimento do contato entre os indígenas com portugueses e espanhóis, com o imaginário de uma lagoa rica em



metais preciosos (ouro e prata) e que dava origem a todos os principais rios do território inexplorado (Odália; Nazareno, 2020, p.7). Por séculos a lenda fomentou o interesse de exploração dos colonizadores, sendo desmistificada e substituída a representação da lagoa pela ilha de Paraupava no século XVII.

Entre os anos de 1613 e 1615, o sertanista André Fernandes identificou a existência de ouro no rio Araguaia em uma expedição, o que contribuiu para idealização de uma cartografia repleta de detalhes de seu trajeto até às margens do rio, inexistindo a representação do mito da lagoa ou ilha de Paraupava, ou lagoa Dourada (Ordália; Nazareno, 2020, p.8). Dessa forma, por três décadas durante o século XVII ocorreu um desprendimento para com a região, resultando no esquecimento do rio Araguaia (Figura 8) e sua localização pelos sertanistas.

Figura 8- O rio Araguaia.



Fonte: Caiado, 1945, p.27a.



Somente a partir de 1664 ocorreu a retomada das bandeiras para o Oeste, partindo de São Paulo e com novo nome para o destino tão almejado, de Paraupava para Araguaia. As novas frentes de expedições se alinhavam à corrida do ouro, com a descoberta de jazidas de metais preciosos em Sabará (MG), Cuiabá (MT) e Minas dos Goyazes (GO).

Uma das principais expedições constatada na região do Araguaia, em território goiano, foi realizada em 1672, por Bartolomeu Bueno da Silva, figura conhecida como o Anhanguera que tinha por objetivo desbravar as terras rumo ao norte ao encontro dos indígenas Coróas (Varjão, 2004). Entre os membros deste feito, estivera presente Manoel de Campos Bicudo e Pires de Campos, o último que retornara à Cuiabá após 50 anos com relatos da exploração e os feitos pela expedição, surgindo a lenda dos tesouros dos Martírios.

Colina na qual se viam algumas pedras soltas e elevadas, umas configurando columnas, outras escamas e outras côroas de que veio o dizerem que aquelle monte continha os instrumentos dos Martyrios de Christo. Ao sopé, colleava um rio, tão grande como o Cuiabá, porém tão cingido de pedras que se dividia o rio todo em regatinhos, e por isso atravessa-n'o a pé enxuto... Neste rio, pois, entre as pedras é que viram pedacinhos de outro redondos como os vermelhos tentos de jogar, dos quaes Pires e Bartholomeu colheram alguns mais bem figuramos para brincar. Os mais sertanistas também vieram e colheram alguns, porém longe de suporem que fosse ouro pois ainda não havia conhecimento dele no Brasil [...] (Varjão, 2004, p.20-21).

A lenda provocou tamanho encantamento que empreendeu a corrida ao ouro dos Martírios, novas expedições de bandeiras paulistas ganharam rumo ao interior do país. No ano de 1752, surgiu a bandeira chefiada por Amaro Leite Moreira que navegara no rio Araguaia e um de seus afluentes conhecido como rio das Mortes. Os constantes fluxos migratórios influenciados pela busca aos tesouros encobertos pelo Araguaia e de terras férteis para agricultura e pastoreio, se intensificaram e propiciaram a formação dos primeiros arraiais, vilarejos e comunidades com povos de diferentes regiões em busca de um reestabelecimento social e econômico.

Ao tempo em que o ouro se esgotava, os mineiros mudavam-se para outro lugar, resultando na diminuição do contingente populacional e, no limite, no desaparecimento do núcleo populacional ali iniciado. O resultado, muitas vezes, era o surgimento de vários arraiais na região, não mais pautados pela descoberta de minério valioso, mas da ocupação de extensas áreas territoriais com vistas à formação de imensas fazendas de pastoreio. (Ordália; Nazareno, 2020, p.12).

O processo de construção dos centros urbanos brasileiros se deu de forma dispersa e com grande viés econômico, com práticas de colonização exploratória, suprimindo qualquer aspecto sociocultural precedente. Se erguendo através da mão de obra escrava, negligenciando a cidade como espaço de manifestação de culturas e atrativos de um mercado de força de trabalho, sendo este compulsório (Oliveira *apud* Lacerda; Trevisan, 2018, p.6).

Com o passar dos anos, após a extinção da República Velha (1889-1930) e a insuficiência das atividades econômicas cafeeiras, Getúlio Vargas (1930-1945) assume o posto de presidente e



institui a necessidade de “consolidação de um poder nacional, autoritário e centralizador” (Lacerda; Trevisan, 2018, p.7). Sendo proposta uma nova base econômica através de agro exportação e o desenvolvimento progressista industrial.

Em 1940, diante do cenário político mundial onde as grandes potências buscavam afirmar o seu controle territorial e influência de poder por meio da Segunda Guerra, o Brasil se deparou com a necessidade de ocupar as regiões mais remotas de seu território. Isso foi constatado com a declaração alemã a respeito da criação do “espaço vital”, sendo a proposta de um reequilíbrio territorial, onde “nações que possuíssem territórios subaproveitados estas deveriam ceder a sociedades que estivessem mais ‘evoluídas’ e, portanto, aptas a explorar a terra de forma mais proveitosa” (Lacerda; Trevisan, 2018, p.7).

[...] a civilização brasileira, a mercê dos fatores geológicos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizavam os centros principais de atividades, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir os obstáculos, encurtar as distâncias, abrir e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. [...] (Getúlio Vargas *apud* Lacerda; Trevisan, 2018, p.8)

E com isso foi declarada a criação da Marcha para o Oeste (Figura 9), pela Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943 (Varjão, 1989, p.54), como plano de Mobilização Econômica e organizada pela Expedição Roncador-Xingu. Para reforçar, o seu foco principal sendo a eliminação de “espaços de riscos” desocupados e propícios à tomada por parte de outros países, sendo também uma maneira de estabelecer a construção da verdadeira raiz da brasilidade (Lacerda; Trevisan, 2018, p.8). Além de explorar regiões não habitadas por homens “civilizados”, urbano, mostrando o poder de controle do Estado brasileiro.



Figura 9 - Caminhos da Marcha para o Oeste



Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Adaptado pelo autor, 2023.

Como descrito por Lacerda e Trevisan (2018), a Marcha para o Oeste se iniciou com a Expedição Roncador Xingu tendo o ponto de partida a cidade de Uberlândia em Minas Gerais, sendo comandada pelo coronel Flaviano de Matos Vanique (1904-1977) em direção aos altos rios Araguaia, Xingu e o Brasil Central e Ocidental. No ano de 1943, alcançaram a margem direita do rio Araguaia no ponto de confluência com o rio Garças (Figura 10), no estado de Goiás onde se estabeleceram em um pequeno vilarejo nomeado como Barra Goiana.



Figura 10- Vilarejo às margens do rio Araguaia, Barra Goiana.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <https://exposicoesvirtuais.an.gov.br> > Acesso 20 ago. 2023.

Barra Goiana, à margem direita do Araguaia, fronteava com sua irmã cuiabana do outro lado do rio, bem na foz do tributário do Garças. A expedição começou a assentar base na primeira, e surgiam as construções para atender os serviços: administração, almoxarifado, ambulatório, escritório, alojamento, moradia. Mais uma olaria e uma serraria, obras imprescindíveis. A base que ia se tornando permanente, vivia praticamente em torno dos trabalhos da instalação. Correram seis meses até a partida do primeiro escalão da Expedição[...]. (Villas Boas, 1994 *apud* Lima Filho, 2000, p.72)

A região não fora escolhida por acaso, fizeram uma busca de forma diligente ao longo do rio Araguaia. O acampamento em suas margens serviria como ponto de ligação entre as capitais sudestes e as novas áreas a serem conquistadas, tratando-se de um apoio para a “consolidação das linhas de comunicações, de povoamento e de colonização das áreas atravessadas” (Varjão, 1989, p.55).

O rio Araguaia ao longo da história despertou a curiosidade e interesse de diferentes povos a ocuparem suas margens, desde nativos a migrantes (Figura 11), sempre estiveram em contato com suas riquezas e recursos que viabilizaram o domínio do espaço e conformação de novos territórios. A relação entre homem e natureza, principalmente a água como o rio Araguaia, revela raízes profundas na história das civilizações.



Figura 11- Diferentes ocupações e manifestações às margens do rio Araguaia.



Fonte: Fonte: Raymond Maufrais, S/D. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/>> Acesso 21 ago. 2024.

Como fonte de subsistência, o rio Araguaia serviu como elemento central na construção de identidades culturais e sociais de povos da região, como apresentado por Bachelard (1997), a água carrega uma carga simbólica que afeta a percepção do mundo e a construção do imaginário coletivo, semelhante à visão na cultura dos povos nativos, sempre vista como um símbolo de origem, transformação e vida.

Portanto, o rio Araguaia não pode ser considerado apenas um elemento de acesso e percurso, mas também um símbolo de disputa. Suas águas representam não só a fluidez entre espaços geográficos, mas também ajudaram na construção de novas narrativas e identidades territoriais.



1.2 O espólio das águas do Araguaia

Como apresentado, o rio Araguaia foi importante recurso para a criação de novos arranjos urbanos em virtude dos interesses e disputas econômicos de determinados povos. O intenso fluxo migratório iniciado no período colonial predisps distintas influências sobre o espaço, de forma a ordená-lo, estabelecendo a formação de territórios que transmitissem os novos ideais políticos e culturais.

No Brasil, a falta de estradas fez com que os governantes optassem pelos caminhos fluviais. De fato, o governo imperial propôs um melhoramento nas vias navegáveis do Brasil a fim de estabelecer comunicação e aliança no comércio entre o centro do país e o litoral. [...] durante os governos do Império (1822-1889), e de igual forma após a proclamação da República elaboraram-se planos ambiciosos de transportes para o Brasil tendo como principal proposito a interligação das distantes e isoladas províncias com vistas à constituição de uma nação-estado verdadeiramente unificada [...] (Gandara; Pereira, 2017, p.153).

A rede fluvial no período Brasil colônia fora alvo de investimentos dos governantes para viabilizar o domínio do espaço, conformando novos territórios no Brasil Central. O objetivo principal estava na composição de rios navegáveis (Figura 12), que favorecessem o transporte eficiente, barato e rápido, sendo vias de comunicação fluída (Gandara; Pereira, 2017, p.153). Os rios tornaram-se novas fronteiras a serem conquistados, espaços a serem ocupados de forma sistemática que viabilizasse o comércio interno.

Figura 12- Transporte fluvial, migrantes pelo rio Araguaia.



Fonte: Tournier, R, S/D. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/> > Acesso 21 ago. 2024



Posto isso, é necessário que abordemos a respeito da definição de espaço para que possamos seguir a diante. Santos (1999) revela que o espaço é marcado pelos “fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações”. E observando segundo os conceitos da geografia tradicional, o espaço é compreendido como local das atividades dos homens, ainda, de acordo com Corrêa (2000) essa associação se dá em diferentes escalas, seja global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo em seu interior.

Seguindo uma análise de um espaço absoluto, sem qualquer intervenção antrópica, caminharemos junto com Raffestin (1993) na compreensão de que o espaço é “de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima”. Tal qual o pensamento do autor, podemos compreender o rio Araguaia como um grande espaço a ser navegado, explorado e desenvolvido. Este repleto de tesouros naturais, carregado de significados e representações.

Avaliando o processo de ocupação das margens do rio Araguaia, pode-se compreender que este sendo um espaço natural, com intervenções impostas em seu leito ou em suas margens (Figura 13) após a chegada dos povos migrantes. Antes, sendo como um elemento na composição da paisagem da região, sem necessidade de trabalho ou intervenção para tal validação. Após a tomada de conhecimento do homem a respeito dos bens resguardados pelas águas, que se abriram margens para a formação de um espaço social, com os aldeamentos e posteriormente, a construção de cidades.

Figura 13- Margens do rio Araguaia, expedicionários navegando pela região.



Fonte: Ramalho, 1978, p.12.



Para Teotônio Segurado (Carvalho, 2008 apud Gandara; Pereira, 2017, p.154), existia uma série de objetivos para que facilitasse a expansão e criação de novos territórios, sendo:

1. Demográfico – através da expansão do povoamento nas margens dos principais rios de comunicação, veria a prosperidade do comércio;
 2. Objetos morais – pretendiam-se transferir os marginalizados para as colônias militares e dar a eles trabalhos;
 3. Objetivo militar – defender o território; e naturalmente
 4. Econômico – veria o comércio interno e externo desenvolvido.
- (Carvalho, 2008 *apud* Gandara; Pereira, 2017, p.154).

As primeiras manifestações da vida urbana na região do Araguaia (Figura 14), principalmente em Goiás ocorreu de forma instável e irregular. Com o arranjo de um modelo de sociedade foi instituído não somente no propósito expansão de um governo nacional, mas também buscavam estabelecer controle sobre as riquezas encontradas. Sobretudo, criaram-se instituições e traçaram novos planos para definirem o direito de uso das heranças que o rio Araguaia proporcionara para a sociedade, territorializando as suas margens.

Figura 14- População ribeirinha do rio Araguaia.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 10 maio 2023.

Segundo Raffestin (1993), as práticas de territorialização podem ocorrer em frações do espaço que são apropriadas e nelas estabelecidos relações de poder, com atores que propiciam formas de domínio, sobretudo transformando o espaço como um bem de produção. Em complemento, Souza (2000) reforça que “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território”.



Assim, mesmo em meio às dificuldades enfrentadas pelas expedições ao longo do caminho, obtiveram sucesso ao se estabelecerem em uma região tão rica e promissora (Figura 15). Com a fundação dos aldeamentos, tinha-se como objetivo povoar através da expansão colonizadora com novos grupos, sendo garimpeiros e mineradores, o que segundo Ordália e Nazareno (2020) provocou um processo de “assimilação” dos povos indígenas com a liberação do território, para que então se cumprisse o propósito dos colonizadores.

Figura 15- Acampamento provisória da Expedição Roncador-Xingu no alto da montanha



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 14 abril 2023.

Ainda segundos os autores, tal assimilação “supõe a mudança cultural de um povo supostamente inferior no sentido de adotar a cultura alegadamente superior de um poder colonial” (Ordália; Nazareno, 2020, p.12-13). E como primeira forma de controle através do poder, criaram-se presídios militares principalmente para conter os combates indígenas em defesa de suas terras com os aldeamentos erguidos pelos migrantes.

Em 1851, com o decreto nº 750 aprovaram ao todo 21 presídios construídos às margens do rio Araguaia (Figura 16), concentrados em lugares estratégicos servindo de pontos de comunicação. Com eles, traziam a garantia de defesa do território e a promoção do comércio de produtos trazidos por comerciantes, atraindo elevado número de colonos para as margens (Gandara; Pereira, 2017, P.156). Segundo consta o relatório do Presidente da província de Goiás de 1852, “a função primordial do presídio era o de atrair povoações para esses vastos terrenos e



proteger a navegação fluvial [...]” (Memórias Goianas 5, 1996 apud Gandara; Pereira, 2017, p.156).

Figura 16- Mapa dos presídios militares do século XIX



Fonte: Rocha, 1998 apud Gandara e Pereira, 2017.

Os presídios tinham um caráter de colônia agrícola e estabelecimento penal (Rocha, 1998 apud Gandara; Pereira, 2017, p.156). Serviram como portos para embarque e desembarque, locais de comercialização dos produtos para o norte do país. E no final do século XIX, auxiliaram na intensificação povoados e aldeamentos às margens do rio, na região de Aragarças tinha a implantação dos presídios de Santa Leopoldina, Santa Maria e de Macedina.

Favorecendo o ritmo de expansão e domínio de territórios, o reforço à segurança dos migrantes e os comércios estabelecidos às margens do rio, quase um século depois da criação dos presídios. Surge então com a Expedição Roncador-Xingu, através do Presidente Getúlio



Vargas com a concessão ao coordenador da Mobilização Econômica da época, Ministro João Alberto Lins de Barros a tarefa de amplificar o programa de colonização nas áreas desbravadas (Varjão, 1989, p.55).

No ano de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.878 foi autorizado pelo Governo Federal a criação da Fundação Brasil Central (FBC) (Figura 17), sendo esta diretamente subordinada à Presidência da República. Na incumbência de desbravar e colonizar a região do Araguaia e Xingu tornou-se também uma forma de controle e manutenção do acervo da Expedição Roncador-Xingu.

Figura 17- Base da FBC em Barra Goiana.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 26 ago. 2024.

As instalações nas margens do rio Araguaia se modificaram de acampamento composto por garimpeiros e sertanistas, transforma-se em vilarejo e a posterior adota-se novos arranjos urbanos e se forma uma cidade promissora. Essa cidade tornou-se a nova sede modelo para a instalação da FBC, como apresentado por Lacerda e Trevisan (2018):

Assim, a cidade que seria a nova sede desse ideal, estabelecendo ponte direta com a capital no litoral e responsável por multiplicar e ramificar todo o desenvolvimento que se vislumbrava para o centro-norte do país, não poderia ser apenas mais uma vila. Ela deveria ser um modelo da força de um povo, da sua organização, do seu foco e da prevalência da técnica, fatores imprescindíveis a um país que dava seus primeiros passos como nação industrializada e que vislumbrava um futuro de desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Uma cidade como símbolo de modernidade, assim fundamentou-se o projeto de Aragarças no Brasil Central. (Lacerda; Trevisan, 2018, p.9).



Para a consolidação de tamanho ideal político, a Força Aérea Brasileira (FAB) corroborou para a realização deste feito, seguia à frente de forma diligente abrindo caminhos e realizando levantamentos de áreas possíveis para a ocupação e domínio dos expedicionários. Lacerda e Trevisan (2018) descrevem que “tanto assim o era que ao fundar um novo povoado (futuramente, uma nova cidade), as primeiras providências eram estabelecer onde seria feita a pista de pouso e instalar torre de comunicação (rádio e telégrafo), ritual que não fora diferente em Aragarças”. Nesse contexto, o Correio Aéreo Nacional (CAN) (Figura 18) teve como objetivo, superar as limitações de acesso às áreas remotas no Oeste brasileiro, favorecendo o avanço das expedições e a consolidação territorial.

Figura 18- O avião Araguaia do Correio Aéreo Nacional em áreas remotas.



Fonte: Lacerda;Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.

Todos os campos de aviação construídos pelas expedições e utilizados pela FBC se configuravam em novo arranjo de controle junto à FAB (Figura 19), interligando com a Base Aérea de Belém e servindo até de suporte para linhas aéreas internacionais ampliando as possibilidades de comunicação e comércio em uma região de difícil acesso por vias terrestres. Essas instalações simbolizavam o avanço tecnológico, contribuindo para a consolidação do projeto de colonização no Brasil Central.



Figura 19- Campo de pouso e avião da FAB em Aragarças, ano 1950.



Fonte: Lacerda;Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.

O progresso eclodiu rapidamente na região, a união entre as instituições governamentais favoreceram maior domínio sobre o território que se formou às margens do rio Araguaia. Conforme apresentado por Varjão (1989), a fundação de Aragarças tencionou a fronteira sentido noroeste e provocou grandes intervenções no Brasil Central através da abertura de estradas, construção de campo de pouso e torres de comunicação, fundação de colônias agrícolas, instalação de estações de rádios e a constante migração de novos expedicionários que fortaleceram a força de trabalho para o triunfo da expedição (Figura 20).



Figura 20- Construção de estradas e ponte sobre o rio Araguaia, em Aragarças.



Fonte: Autor desconhecido, S/D. Disponível em < <https://www.facebook.com/photo> > Acesso 14 abril 2023

Com domínio das margens do rio Araguaia, ocorreu a formação de territórios abastecidos de recursos naturais e minérios, uma região economicamente relevante do país. Com o passar dos anos foi possível a ampliação da expedição e a construção da cidade vizinha de Aragarças, sendo Barra do Garças no Mato Grosso. Ambas compartilharam a mesma gênese de formação, contudo tiveram planos de desenvolvimento diferentes em determinados períodos, procedente as políticas administrativas adotadas.

As ocupações às margens do rio evidenciam as práticas de territorialização que marcaram o avanço da colonização no sertão – Oeste brasileiro. Como destacado por Raffestin (1993), tais práticas implicam na apropriação do espaço e a instauração de relações de poder que transformam áreas em territórios, configurados não apenas por limites geográficos, mas por seu papel estratégico e simbólico. Assim, o espaço natural do rio Araguaia foi convertido em território de disputas, através de intervenções que integravam infraestrutura logística, ações militares e iniciativas de povoamento, alinhadas às demandas econômicas e políticas da época.

Em Aragarças, a territorialização foi intensificada por ações do governo como a construção de presídios, campos de aviação e outras estruturas que desempenharam papel importante na ocupação pelas expedições. Essas intervenções consolidaram a presença do Estado e reforçaram o controle sobre os recursos naturais e a navegação fluvial, assim apresentado por



Souza (2000) que a construção do território é dada pelas relações de poder exercidas sobre o espaço, sendo, um elemento dinâmico e condicionado por interesses políticos e econômicos de um dado período.

As margens do rio Araguaia exemplificam como o espaço natural é gradualmente transformado em território de domínio e exploração. A organização territorial fomentou o surgimento de cidades estratégicas como Aragarças, que se tornaram símbolos do avanço tecnológico e da modernidade projetada pelo governo Federal. A apropriação e formação de território não apenas consolidou a ocupação física das margens, como também promoveu a construção de novas identidades culturais e econômicas ligadas à exploração dos recursos presentes na região, enfatizando um dos pilares do projeto de integração nacional do Brasil Central.



2. ÁGUAS TURVAS

*Barra do Garças, Aragarças,
Dois Estados, mesma gente,
Mesmo orgulho, várias raças,
Elos da mesma corrente.
No meio o Rio Araguaia,
É um traço de união,
Formando sedosas praias
Às margens do coração.*

*De um lado é Mato Grosso,
Do outro lado é Goiás
Se numa margem me encontro,
Na outra quero estar.
Meu coração se divide
Entre as duas cidades
Nas águas do Araguaia
Tento afogar as saudades.*

*Se de um lado tenho amigos,
Do outro lado também.
Por uns eu tenho afeto
Aos outros eu quero bem.
Num lado, serras e cascatas,
E fontes de águas quentes
O outro as mais belas praias
E o calor de sua gente. [...]*

(Souza e Galvez *apud* Diniz Zélia, 1990, p.75. GARÇAS DO ARAGUAIA).



2.1. Entre Barras e Beiras

A formação das cidades às margens – ou beiras – do rio Araguaia foi marcada por interesses de exploração dos recursos disponíveis na região, entre minérios e terras férteis para o agronegócio, atraindo populações de diferentes localidades do país. O plano de ocupação fora influenciado pelo desejo de modernização do sertão do Brasil central. Sob essa perspectiva, Giddens (1991) sugere que a modernidade implica a reconfiguração constante dos espaços sociais e físicos em função das dinâmicas econômicas e culturais. Assim, o processo de ocupação territorial do Araguaia pode ser entendido como parte de uma ampla reestruturação promovida pelo avanço do projeto de “civilização” em direção ao interior do Brasil.

Ao longo da história, as margens do rio Araguaia foram palco de intensas manifestações culturais e de poder. Com a fundação de Aragarças, observamos uma divisão territorial que refletia as classes sociais ocupantes. Como apresentado por Bourdieu (1983), o espaço não é apenas um elemento físico, mas também social, capaz de refletir as relações de poder que determinam quem ocupa, controla e se beneficia dos territórios que se formam. As terras férteis, ricas em recursos minerais na região, atraíram tanto elites econômicas quanto populações marginalizadas, o que resultou em uma ocupação marcada pela disputa e segmentação social.

Segundo Lima Filho (2000) destaca a construção da cidade “revela atos rituais de demarcação de um novo espaço e um novo tempo, uma nova ordem de concepção sociológica e simbólica a segmentar e produzir novos espaços sob a ótica do controle de território [...]”. Os primeiros fluxos migratórios, liderados pelas bandeiras, buscaram recursos minerais, domínio dos povos originários e demarcações territoriais estratégicas.

A cidade de Aragarças, localizada em uma área fronteira, emergiu como um ponto de confluência cultural. Antes da chegada dos bandeirantes e sertanejos, povos indígenas como os Bororós, Xavantes, Carajás e Caiapós ocupavam as beiras do Araguaia. Os nativos foram muitas vezes negligenciados pelos colonizadores, considerando-os apenas “índios genéricos” como mencionados por Francisco Pereira da Costa, pioneiro e colonizador de Aragarças, “isso aqui era só um rio, passava aí o rio, rapaz, só tinha índio nessa beira de rio, só índio, você via índio e alguns moradores nessa beira de rio aí e muito pouco” (Aragarças, 28 de outubro de 1996).

O início dos movimentos migratórios para a região do Araguaia e de Aragarças ocorreram com as bandeiras, que partiram de São Paulo e da Bahia em busca de recursos nas



terras interioranas. Esses expedicionários militares (Figura 21), movidos por interesses comerciais, recrutavam indígenas para trabalharem na região sudeste do Brasil, conforme descrito por Gandara e Pereira (2017).

Figura 21- Cabana de indígenas “civilizados” às margens do rio Araguaia.



Fonte: Caiado, Leolídio Di Ramos, S/D. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/> > Acesso 21 ago. 2024

Em 1722, a bandeira liderada por Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, tinha como objetivo a exploração dos povos originários e povoamento do Centro-Oeste. Missionários acompanhavam essas expedições para catequização dos povos indígenas, implementando a política de formação dos aldeamentos com fins religiosos e de trabalho exploratório.

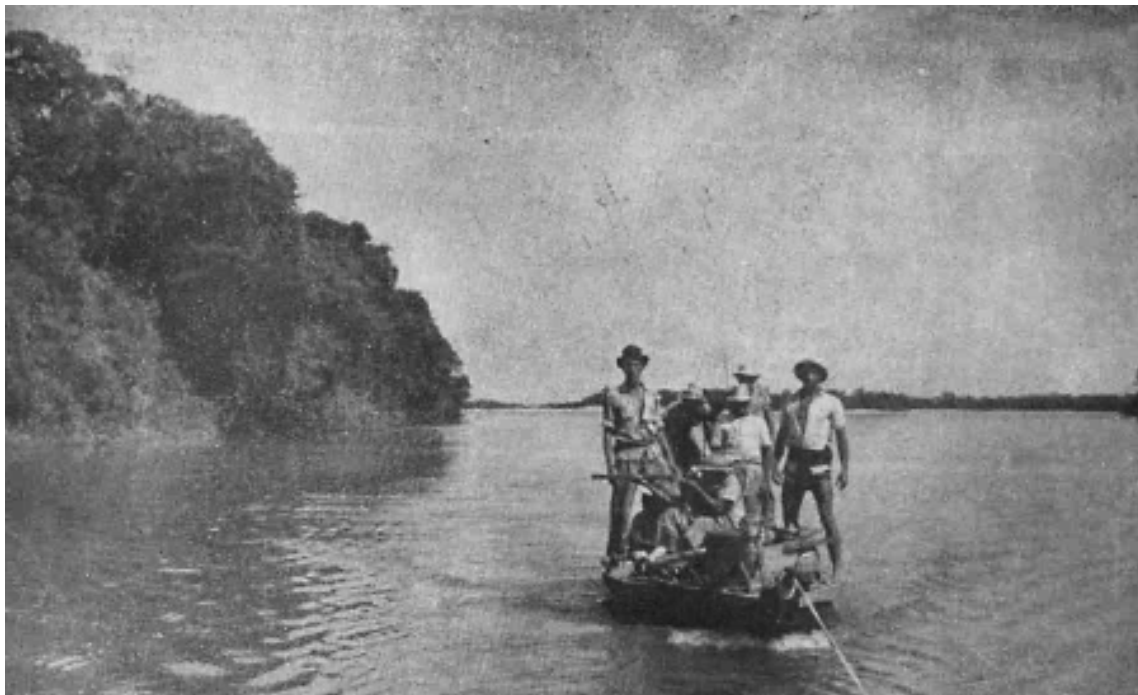
Houve, também uma intensa vinda de missionários, que se dirigiam às comunidades indígenas com a política de formação de aldeamentos indígenas. Esta política foi adotada em Goiás durante a segunda metade do século XVII com duas finalidades, ou seja, a formação de núcleos que se destinava a promover a catequização dos indígenas e o intuito de transformar os indígenas em mão de obra. (Gandara; Pereira, 2017, p.151.)

Durante o período das bandeiras expedicionárias, no século XVII, a implementação do plano de povoamento e exploração seguiu o curso dos rios Tapirapés, das Mortes, Tocantins e Araguaia. A ausência de estradas e recursos para transporte terrestre favoreceu a criação de caminhos fluviais (Figura 22), “durante os governos do Império (1822-1889), e de igual forma após a proclamação da República elaboraram-se planos ambiciosos de transportes para o Brasil tendo como principal propósito a interligação das distantes e isoladas províncias com



vistas à constituição de uma nação-estado verdadeiramente unificada [...]” (Gandara; Pereira, 2017, p.153).

Figura 22- Caminhos fluviais, expedicionários navegando o rio Araguaia sentido ao rio Tapirapés.



Fonte: Raymond Maufrais, S/D. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/> > Acesso 21 ago. 2024

Os rios ganharam destaque além do imaginário popular relatado pelos bandeirantes nos registros das comitivas, sistemicamente obtiveram relevância no cenário econômico e político do país. Para os presidentes das Províncias, uma dupla representação consistia neste cenário, tornando-os o simbólico elemento integrador e ao mesmo tempo a fronteira desconhecida a ser necessariamente conquistada e ocupada. Oliveira (2008) reforça que “como uma nova fronteira a ser conquistada e ocupada sistematicamente, para possibilitar uma ligação com o litoral” e sendo enfática ao dizer que a partir destes encontrara “uma saída em duplo sentido, como caminho e como meio de salvar a Província do marasmo em que se encontrava”.

As transformações fomentadas pelo desejo de modernização do sertão contribuíram para o crescimento da economia e da população na região, os novos arranjos urbanos criados com os fluxos migratórios oportunizaram a implantação uma logística integrada com outros estados por meio da navegação do rio Araguaia. Sendo este o interesse político de Couto de Magalhães, visando o crescimento da Província de Goiás e a integração com as demais regiões do país.



Na segunda metade do século XIX, Couto de Magalhães defende a ideia de que o melhoramento da navegação fluvial pelo rio Araguaia contribuiria para o desenvolvimento econômico da Província de Goiás, rica de elementos que poderiam ser explorados pela ação administradora [...] Deve-se a Couto de Magalhães o estabelecimento da navegação do Araguaia, cujo objetivo era estabelecer fácil caminho fluvial entre Mato Grosso, Goiás (e Tocantins) e Pará. (Carvalho; Cavalcante, 2010, p.09)

É perceptível que o rio Araguaia assumiu uma nova configuração diante dos desejos do novo imigrante, aquele que escolhe apoderar-se do sertão para então povoar e ocupar-se das riquezas que suas beiras poderia lhe fornecer. De um imaginário simbólico, tornou-se também a duplicidade que permeia entre barreira e ferramenta de conexão por diferentes estados do país.

A validação das terras da região, com ricas jazidas de ouro e diamantes, e campinas prósperas para o agronegócio, atraiu novos grupos de migrantes que chegavam das regiões norte, nordeste e sudeste do Brasil. Segundo Melo (2000, p.87), municípios como Santa Rita do Araguaia, Aragarças e Ponte Branca foram fundadas por agropecuarista, porém, estimuladas economicamente por garimpeiros e fluxos de embarcações vindas do Pará, Goiás e Bahia.

Com a criação da Expedição Roncador-Xingu, em 1943, um novo grupo denominado como os expedicionários saíram de São Paulo, Rio de Janeiro e Uberlândia em direção ao sertão. O objetivo estava na exploração e no povoamento do interior do país, estabelecendo vias de comunicação do Amazonas ao Sul.

[...] Partiu de São Paulo rumo a Uberlândia, de trem, aí embarcando em caminhões e jardineiras, via estrada de rodagem, para Leopoldina, hoje Aruanã. [...] A rota da expedição foi mudada e seguiram imediatamente em direção à Barra Goiana, fazendo voltar de barco toda a bagagem que viera na frente já estava em Leopoldina. No dia 14 de agosto de 1943, depois de passar as cidades goianas Itumbiara, Rio Verde, Rio Bonito (Caiapônia) e Bom Jardim, a Expedição Roncador Xingu chegou à Barra Goiana. Barra Goiana é Aragarças. (Diniz, 2016, p.30-31)

O advento da modernização do sertão contribuiu para a criação das rotas fluviais, o incentivo das embarcações possibilitou novos arranjos sociais que se construía às margens do rio Araguaia, este servindo como porta de entrada e escoamento de mercadorias e novos produtos, além dos minérios que se extraíam em seu curso. Como descrito por Oliveira e Alves (2020):

A dinamização das embarcações modificou o modo de vida das cidades e povoados nas margens do Araguaia, diminuindo percursos e tempo para os moradores e comerciantes, elemento constitutivo da vanguarda para o lazer e a pesca nas águas do Araguaia. Favoreceu também o processo de trocas culturais entre os povos indígenas e sertanejos, brancos e mestiços, que passaram a habitar suas margens, dividindo o mesmo espaço e partilhando seus conhecimentos, constituindo trocas culturais. (Oliveira; Silva, 2020, p.08)



Foi através do fomento de Couto de Magalhães que a navegação no Araguaia seguiu em pleno curso, segundo Carvalho e Cavalcante (2010), no dia 28 de maio de 1868 foi inaugurada a navegação a vapor no Porto de Santa Leopoldina que atualmente situa-se o município de Aruanã. Contudo, foi somente na década de 1870 que o comércio fluvial no rio Araguaia teve grande crescimento com a implantação dos presídios militares.

As rotas comerciais que seguiam o curso natural do Araguaia passaram e perpassaram por três diferentes períodos, conforme Carvalho e Cavalcante (2010) descreveram, entre 1870 a 1873 considerado o apogeu das atividades sob o controle de Couto de Magalhães. Definiu-se uma rota entre o Presídio de Itacayu ao Presídio de Santa Maria do Araguaia, possuindo 1.200km de extensão.

Entre os anos de 1874 a 1878, definido como a segunda fase da Navegação pelo rio Araguaia (Figura 23), a Companhia de Navegação a Vapor passa ao controle da Província de Goiás, oficializando o cargo de Diretor de Serviço de Navegação do Araguaia à Couto de Magalhães (Carvalho; Cavalcante, 2010, p.12). Ao final da segunda fase a Companhia estava sob o comando do empresário João José Corrêa de Moraes, com declínio das atividades comerciais devido ao baixo volume das importações.

Figura 23- Ponto de parada de barcos que navegam pelo rio Araguaia.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 26 ago. 2024



Após o ano de 1878, com o início da terceira fase da Companhia, mantendo se estruturada com três barcos a vapor, sete botes, canoas e igarités. Totalizando 167 pessoas empregadas cumprindo suas atividades nos entrepostos comerciais, a “navegação a vapor no Araguaia permaneceu inalterada até a segunda metade do século XIX [...]” (Carvalho; Cavalcante, 2010, p.09).

Os comerciantes que se instalavam no interior da Província de Goiás e dependiam do comércio fluvial para suas atividades mercantis, sentiam-se inseguros ao estabelecerem relações entre povoados e outras regiões. Alguns entraves tornaram as relações árduas e de alto custo, como invasões de povos indígenas e os contra-ataques de seus aldeamentos, longas distâncias e dificuldade de contato imediato com outras regiões de comércio.

Muitas barreiras deveriam ser enfrentadas, como por exemplo: a presença acentuada de numerosos povos indígenas, a imensa extensão do território, a grande extensão fluvial, bem como distantes e deficientes povoações da região, que ficavam isoladas umas das outras no interior da Província. A falta de estrada era um fator que dificultava o acesso dos comerciantes aos centros consumidores. (Carvalho; Cavalcante, 2010, p.08)

Para estabelecer o controle do território e auxiliar os povoados a manterem suas atividades comerciais, foram construídos os presídios militares a partir do decreto nº750 de 1851. Como destacado por Gandara e Pereira (2017), “a construção destes presídios garantiria a defesa do território e promoveria a comercialização dos produtos trazidos pelos comerciantes [...]. Mas, tinha, ainda outras finalidades como atrair um número elevado de colonos para as margens do rio Araguaia”.

Considerados como pontos de colonização, os presídios também obtiveram outras denominações na época, sendo chamados como núcleos militares de povoamento, núcleos de colonização militar; presídios militares de povoamento; colônias militares de povoamento; fortificações lindeiras; fortificações limítrofes e fortes. Utilizava-se da mão de obra de negros e mestiços, catequizados e engodados pelos trabalhos missionários.

Com o estabelecimento do destacamento militar na margem goiana, conhecido como presídio da Macedina, construído com o propósito de proteger os migrantes dos ataques das populações indígenas locais e serviu como base estratégica para as forças militares que garantiam a segurança dos assentamentos na região do rio Araguaia. Sendo um importante ponto de ligação e comunicação entre as províncias de Goiás e Mato Grosso, local de parada para os viajantes que navegavam rio acima em direção às cidades do Maranhão e Pará, facilitando as trocas comerciais e a movimentação na região.

No dia 05 de agosto, completada a abertura de um caminho entre a povoação do Rio Bonito e o sítio escolhido para o novo presídio, partiu d’ali com destino a esta primeira expedição, formada de 16 praças comandadas pelos alferes Francisco de



Assis Teixeira, diretor interino do estabelecimento, e de vários lavradores com suas famílias, seguindo na mesma expedição sete carros carregados de gêneros alimentares e de utensílios de lavoura.

Goyaz – Noticiamos, não ainda muito tempo achar-se projectada em Goyaz a fundação de uma colônia que, situada à margem do Araguaia, na linha divisória da Província e da de Mato Grosso poderá ser o fundamento de futura cidade, pelas condições que devem constituí-la o empório comercial de vastíssimas regiões. O Presídio da Macedina, que tal é a denominação do novo estabelecimento, quer para defesa das duas províncias de Goyaz e de Mato Grosso, podendo prestar importante auxílio à catequese dos indígenas que povoam as margens do Araguaia e seus afluentes. (Jornal do Comércio, RJ.1871 apud Diniz, 2016).

Os fluxos migratórios com grandes barcos movidos a motor, denominados como batelões (Figura 24), favoreciam a navegação pelo rio Araguaia na época, onde muitas famílias se deslocavam em busca das terras férteis e de ricos garimpos, como também, comerciantes transportando suas cargas e mercadorias que abasteciam as cidades em suas margens, a partir do presídio da Macedina formou-se o pequeno povoado de Deixado, com registro de 1871. Uma região rica e encantada possuía ouro e diamantes às margens do rio Araguaia e do rio das Garças, o que se tornou um grande atrativo para novas frentes de migração.

Figura 24- Batelões em viagem pelo rio Araguaia.



Fonte: Tournier, R, S/D. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/>> Acesso 21 ago. 2024



Segundo moradores da região, o povoado configurava-se em assentamento irregular na fazenda Jaraguá que era posse do senhor Pio de Barros. Sem preocupação com traçado urbano, Deixado se constituía de choupanas provisórias com folhas de palmeiras, a aproximadamente 14km do atual município de Aragarças-Go (Figura 25), junto ao ribeirão Areias. Formaram-se distritos e posteriormente cidades com diferentes planos de desenvolvimento a partir da atuação dos povos e seus interesses. O povoado Deixado passou a ser conhecido como Barra Goiana, à margem direita do rio Araguaia em Goiás, também influenciou na construção de Barra Cuiabana na margem esquerda do rio (Figura 26).

Figura 25- Posição geográfica do povoado de Deixado com relação a atual cidade de Aragarças.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.



Figura 26- Vista aérea da confluência do rio Araguaia e do rio das Garças, Barra Goiana e Barra Cuiabana.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 14 abril 2023

No início, Barra Goiana era habitada principalmente por garimpeiros e pequenos comerciantes, os quais migravam pela região em busca de novos locais propícios para se estabelecerem ou para prosseguirem com suas atividades de garimpo. As construções na área eram rudimentares, compostas por barracas e choupanas construídas com materiais naturais como madeira, palha, barro e bambu, disponíveis localmente (Figura 27). Essa condição se devia à ocupação irregular das terras, sendo que essas estruturas eram geralmente abandonadas quando o proprietário legal das terras surgia para retomar a posse.



Figura 27- Assentamento de garimpeiros, choupanas com folhas de palmeiras.



Fonte: Raymond Maufrais, S/D. Disponível em < <http://www.etnolinguistica.org/> > Acesso 21 ago. 2024

Conforme constam os registros (Diniz, 2016), os primeiros garimpeiros a se instalarem na região foram Joaquim Mendes de Sousa, Adão José dos Santos – Adão Branco, João Pereira da Silva, João Souza, João Lobo, Honorato, Pedro Martins. Em seguida, os capangueiros se instalavam pela região para estabelecer o controle do garimpo e a compra de diamantes, os primeiros foram Antônio Lima, Manoel Maciel – Zinho Maciel, Temístocles de Carvalho – Tezinho, Sinhozinho Figueiredo – Cachimbada. Parte da população que se formara em Barra Goiana eram migrantes vindos da Bahia.

Os distritos margeavam águas designadas ao progresso, uma “Fronteira, tinha um objetivo revolucionário” (Lima Filho, 2000, p.75). Com o passar dos anos, os distritos evoluíram a categoria de municípios sendo então conhecidos como Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) (Figura 28). A consolidação das cidades representa o ápice de um processo que reconfigurou não apenas as margens do rio Araguaia, mas também as relações sociais e econômicas da região.



Figura 28- Vista aérea da cidade de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT)..



Fonte: Universidade de Brasília. Arquivo Central,. AtoM UnB, S/D. Disponível em
<<https://atom.unb.br/index.php/00079-02/>> Acesso 21 set. 2024

O domínio das terras serviu como base para a formação de territórios de beiras, onde o progresso, simbolizado pela exploração econômica e pela integração logística, coexistiu com as marcas de exclusão e desigualdade. Esse processo reflete a interação entre os agentes que moldam e são moldados pelo espaço social e físico, como apresentado por Bourdieu (1989).



2.2. Aragarças – um topônimo de modernização

O processo de ocupação do Vale do Araguaia, o nome Aragarças sintetiza os elementos que moldaram a região. A fusão dos nomes dos rios Araguaia e Garças simboliza o interesse crescente em ocupar as margens, desde os primeiros assentamentos até as transformações trazidas pelos fluxos migratórios. Do estabelecimento do Presídio da Macedina em 1871 à formação da Barra Goiana em 1921.

A cidade testemunhou a convergência de culturas e ideias políticas culminando na mudança de nome para Aragarças em 1943, refletindo a ascensão do movimento progressista e a criação da Fundação Brasil Central (FBC). O programa governamental de ocupação e modernização dos “espaços vazios” (Lima Filho, 2000, p.67) do sertão oeste brasileiro ganhou força com o discurso do presidente Getúlio Vargas em 1938, em Goiânia.

Propunha-se por meio da Expedição Roncador-Xingu, criada pela Coordenação de Mobilização Econômica com portaria nº77 em 1943, “estabelecer vias de comunicação pelo interior do país até o Amazonas” (Almeida, 2018, p.5). A chegada dos expedicionários às margens do rio Araguaia desencadeou o reordenamento territorial, de um pequeno acampamento de garimpeiros, estabeleceu-se a base para as atividades de ocupação do oeste brasileiro, alcançando as cabeceiras do rio Xingu.

Contudo, foram necessárias reformulações do plano de exploração e ocupação para cumprir com os objetivos propostos, a criação da Marcha para o Oeste e a sua substituta, a Fundação Brasil Central que assegurou cumprir com as atividades em maior escala na região, assim exposto por Lima Filho (2000, p.75).

Aragarças, em 1943, quando ali acampou a Expedição Roncador-Xingu, era um desprezioso garimpo. De cerca de 50 palhoças se compunha a urbs desengonçada de barro, a ‘corrutela’ incipiente de construção rudimentares, habitada por uma população heterogênea, de garimpo e faiscaidores. A expedição sob o comando de João Alberto, era a vanguarda da ‘Marcha para o Oeste’, ordenada pelo presidente Vargas. Substitui-a, mais tarde, a Fundação Brasil Central, que veio dar consistência e assegurar continuidade aos objetivos da ‘Marcha’. Com as atividades em maior escala da Fundação, o primeiro garimpo sofreu notável transformação. Sem perder de todo sua feição típica, evoluiu entretanto rapidamente. Tornou-se a base principal da Fundação, o centro de onde irradiam, notadamente para o Norte, as atividades de pioneirismo da entidade que se propõe desbravar e povoar o sertão.

A evolução do vilarejo em distrito e posteriormente cidade iniciou-se com a denominação de Deixados, ainda como um pequeno povoado surgido a partir da construção do Presídio da Macedina, às margens do rio Araguaia. Em 1930, o local foi reestruturado como distrito de Baliza, passando a ser conhecido como Barra Goiana. Finalmente, em 1953,



através da lei Estadual nº788 elevou a localidade a cidade, nomeando-a como Aragarças, por iniciativa do ministro João Alberto Lins de Barros.

Está surgindo à margem do Araguaia, junta da confluência do Rio das Garças, uma cidade nova para o Brasil. O nome é expressivo na sua composição inteligente: um pouco de Araguaia e tudo de Garças... num salto de avião fomos ver de perto como se cria em pleno e rústico sertão brasileiro um novo centro de vida, trabalho e riqueza [...](Ribeiro, 1941, p.35).

Aragarças tornou-se um símbolo de progresso e prestígio político e social, especialmente como base de apoio da Fundação Brasil Central. Os moradores, em particular aqueles vinculados às atividades da FBC, ganharam status como “representantes das ações que promoviam o desenvolvimento de toda a região do Vale do Araguaia” (Oliveira; Silva, 2020, p.10). As mudanças de designação, com a junção proposital dos nomes dos rios Araguaia e Garças, resultou em um topônimo que reflete a localização do município na confluência dos dois rios, que banham a região.

Com o apoio governamental, a cidade recebeu investimentos que influenciaram as formas de ocupação e organização do território, com um plano urbanístico que fomentou construções e infraestrutura para apoiar a expansão na região. Como afirma Lima Filho (2000, p.71).

As feições da cidade iam tomando formas devido às edificações da Fundação Brasil Central, como a olaria, as oficinas, o aeroporto, o hotel, o hospital, estes dois últimos denominados “Getúlio Vargas”, e as casas dos funcionários da Fundação Brasil Central [...]. (Lima Filho, 2000, p.71)

A nova configuração da cidade gerou uma segregação entre seus habitantes, decorrente da relação de poder instaurada pela presença da FBC. Segundo Lima Filho (2000), é possível “caracterizar dois conjuntos de espaços sociais com a chegada da Expedição Roncador-Xingu, [...] se estabelece de princípio uma divisão entre expedicionários e servidores da Fundação Brasil Central, de um lado, contra os garimpeiros e o mundo do sertão de outro”. Em 1950, o jornalista, advogado e político Archimedes Pereira Lima assumiu a presidência da FBC, sendo o braço direito de Vargas na condução dos planos de ocupação e progresso, impulsionando a reorganização e o desenvolvimento da cidade.

E sendo através da grande mobilização instaurada pelas frentes migratórias, que Aragarças moldou-se sob o plano diretor elaborado pela empresa URBS Construções e Urbanismo LTDA, do Rio de Janeiro. A busca por manter as características do pequeno povoado, como a orientação de crescimento em áreas não ocupadas, se configurou com o eixo de acesso à ponte (Figura 29), a noroeste, e um segundo eixo de ligação ligando Aragarças a Ibotim (atual Bom Jardim de Goiás), a sudeste (Lacerda; Trevisan, 2018, p.12).



Figura 29- Construção da Ponte sobre o rio. Superintende da FBC inspeciona os trabalhos.



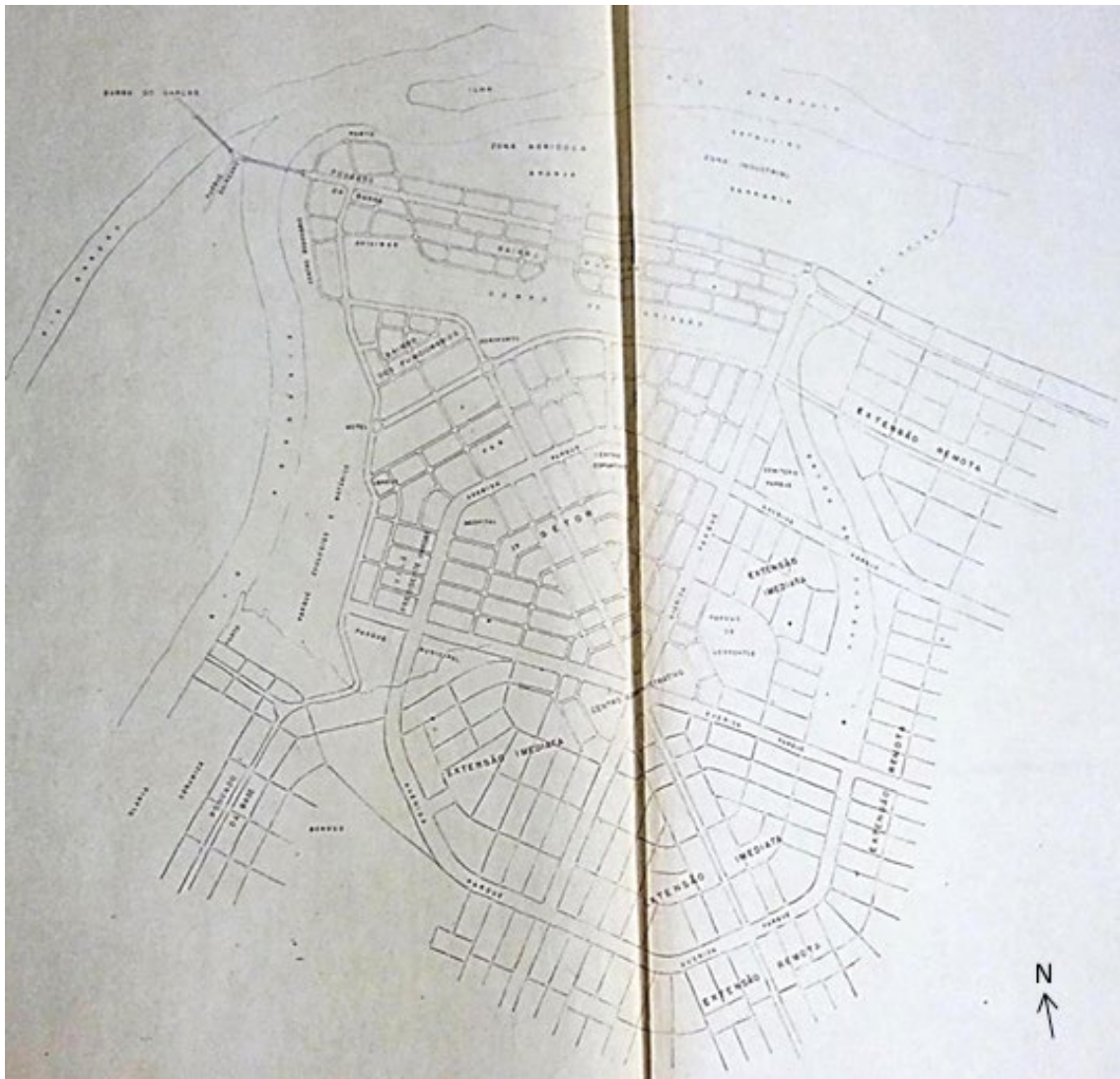
Fonte: Autor desconhecido, S/D. Disponível em: Acervo localizado no aeroporto de Aragarças-GO.

Como as atividades da FBC centralizavam o plano de ocupação, a urbanização priorizou prédios administrativos e vias principais na construção da cidade. Aproveitando a topografia regular, foi proposta uma planta radiocêntrica (Figura 30), com o centro ocupado pela prefeitura e órgãos reguladores, e vias radiais conectando os acessos à cidade. Segundo apresentado por Lacerda e Trevisan (2018, p.12-13).

[...] apesar de cidade-polo e sede de um importante órgão federal, o projeto não possuía ambições em se distanciar extremamente da ideia de uma “modéstia do interior”, afastando assim conceitos que não se encaixariam em sua identidade [...]. Contudo, seu plano deveria traduzir por meio do desenho – mesmo a cidade longe dos centros urbanos consolidados – um ordenamento e funcionalidade próprias das vida moderna atreladas às características peculiares do interior. Um plano que, devido a sua simplicidade, poderia ser replicado ou servir de embasamento para futuros projetos urbanísticos de cidades que viessem a ser fundadas no Brasil Central.



Figura 30- Planta urbanística de Aragarças (1954) com os rios Araguaia e Garças a norte e a divisão em setores.

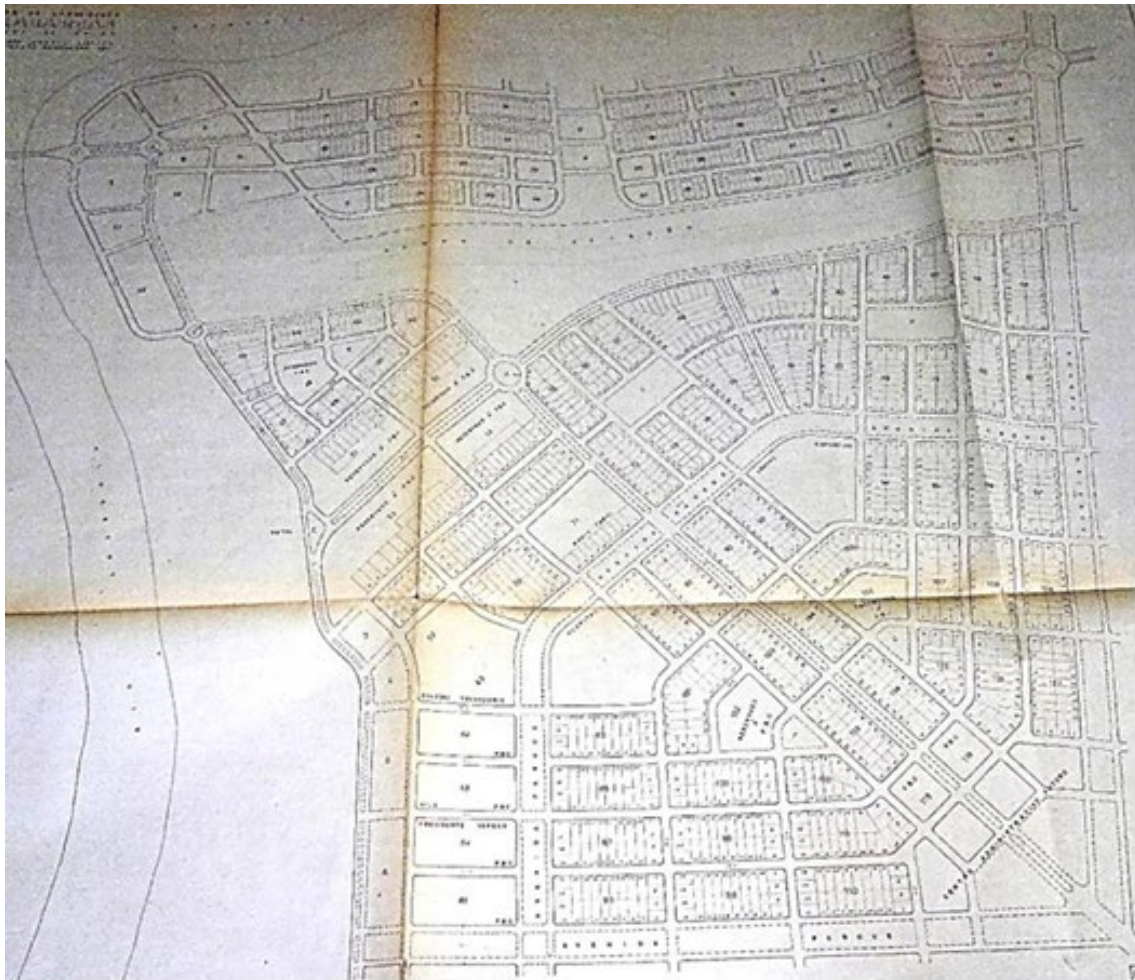


Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.

O plano de desenvolvimento urbano da cidade previu uma implantação setorizada, dividida em fases distintas para atender ao ideário progressista da Marcha para o Oeste. O primeiro setor, projetado para avançar ao longo do rio Araguaia, ao norte da cidade (Figura 31), concentraria investimentos na fronteira sudoeste do país, refletindo um esforço estratégico de ocupação planejada. Este setor buscava representar a visão e intenção pioneira de interiorização e expansão econômica, funcionando como o ponto inicial de um plano diretor ambicioso, destinado a estabelecer as bases para uma cidade funcional e progressista.



Figura 31- Primeiro setor a ser implementado com usos para a Avenida Parque, direcionada a norte.



Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.

Com uma estimativa de abrigar cerca de 10 mil habitantes em 20 anos, o primeiro setor simbolizava a visão de futuro e a capacidade de adaptação às mudanças demográficas e econômicas da região. Os demais setores e as obras de melhorias da infraestrutura seriam implementados ao longo de 50 anos, garantindo uma expansão gradual e controlada, de acordo com o crescimento populacional.

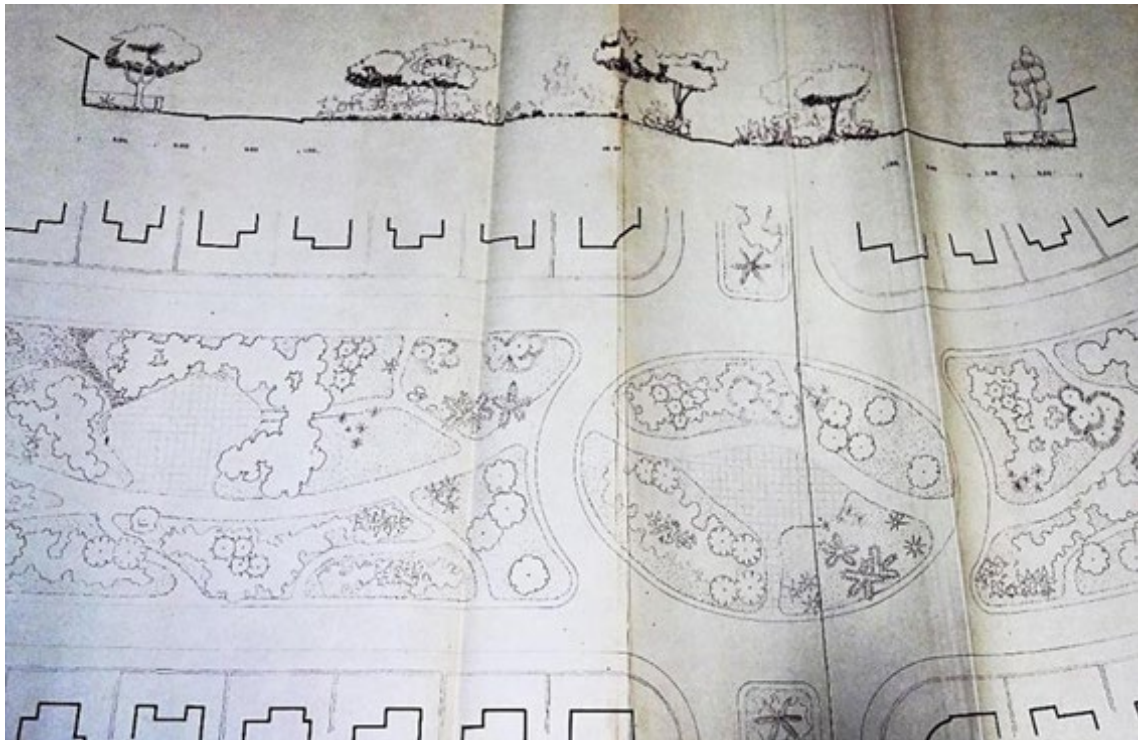
Além disso, o plano urbanístico contemplava uma ampliação estratégica das áreas verdes, que deveriam ocupar uma proporção maior do que as áreas edificadas. Essa expansão buscava melhorar o conforto climático em uma região de clima quente e seco, sendo as áreas arborizadas essenciais para a qualidade de vida urbana.

A proposta para a área central da cidade incluía uma Avenida-Parque (Figura 32 e Figura 33), conectando os principais edifícios administrativos e praças organizados nos quarteirões centrais. Desta forma, criava-se uma rede de corredores verdes, promovendo uma



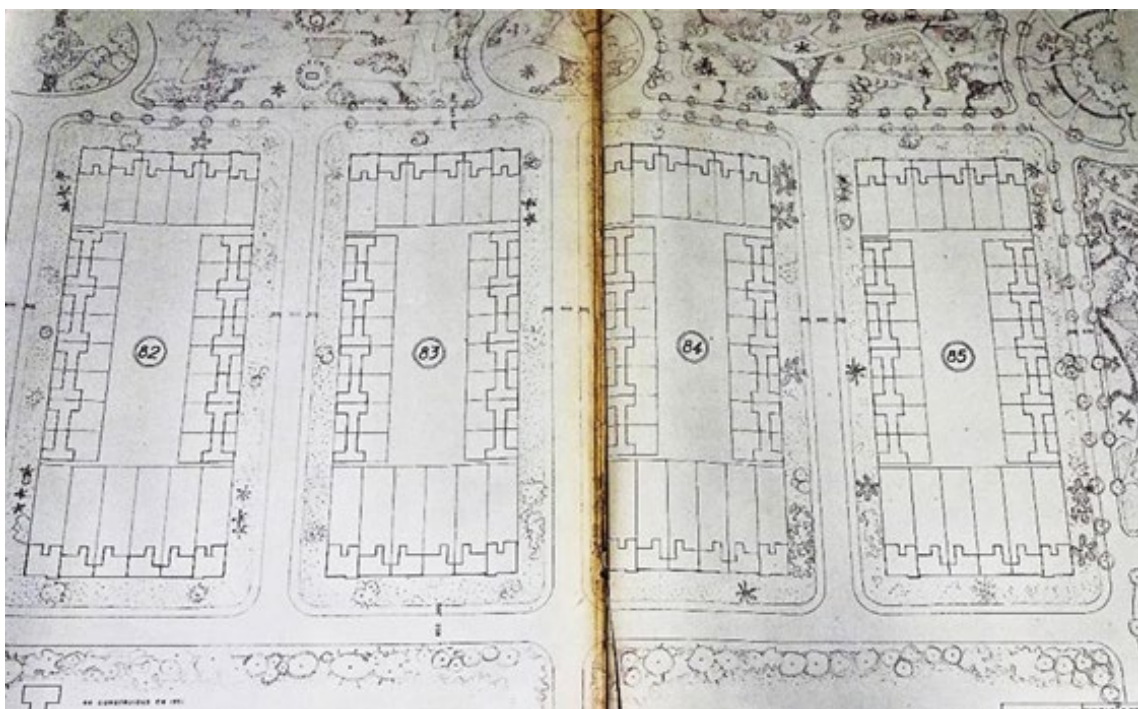
circulação integrada e uma convivência urbana de forma harmônica na cidade, incentivando o uso equilibrado dos espaços públicos (Lacerda; Tevisan, 2018, p.14).

Figura 32- Planta e seção transversal da Avenida Parque..



Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.

Figura 33- Planta e seção transversa da Avenida-Parque.



Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.



Assim, a estrutura da cidade foi concebida para otimizar os fluxos e maximizar a funcionalidade dos espaços urbanos. As vias seriam interligadas de forma hierárquica e direcionadas aos principais equipamentos públicos, garantindo um deslocamento mais eficiente na cidade. Outro destaque foi a construção do aeroporto Salgado Filho (Figura 34) na área nordeste da cidade, com acesso facilitado pela radial norte, que conectava diretamente à saída da cidade e à ponte sobre o rio Araguaia.

Figura 34- Aeroporto Salgado Filho em Aragarças-Go.

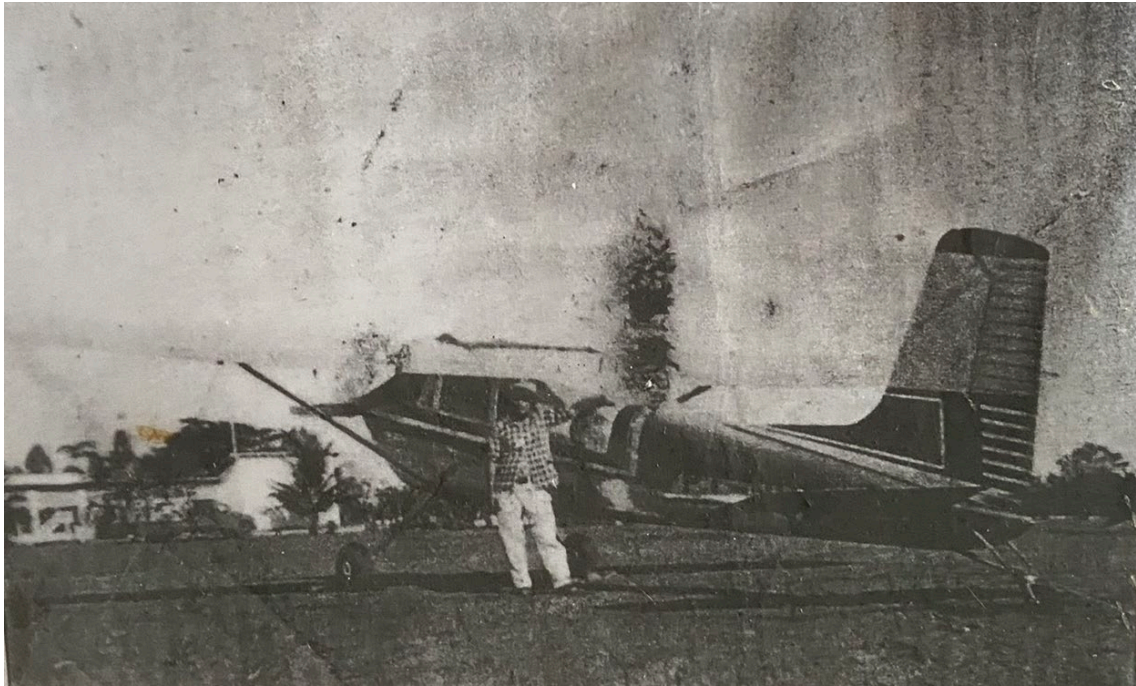


Fonte: Autor desconhecido, S/D. Disponível em: Acervo localizado no aeroporto de Aragarças-GO.

A construção da pista de pouso visava reposicionar a cidade no cenário nacional (Figura 35), promovendo um novo nível de conectividade e interligando-a aos demais centros urbanos do país. Antes, a comunicação com o interior era feita pelas vias terrestres e seguindo o caminho do rio, implicando o desbravamento de áreas de mata e caminhos inexplorados. Com o aeroporto, o desenvolvimento agora chegava pelo ar, mudando o panorama de conexão regional e trazendo o dinamismo jamais alcançados com fluxos de pessoas e mercadorias.



Figura 35- Avião na pista de pouso do aeroporto Salgado Filho.



Fonte: Autor desconhecido, S/D. Disponível em: Acervo localizado no aeroporto de Aragarças-GO.

O plano diretor de 1953, além de promover a reconfiguração urbana por meio da implantação de avenidas e da ponte sobre o rio, visava dotar Aragarças de equipamentos públicos com propostas arquitetônicas orientadas para a sociedade. Inspiradas pela racionalidade do movimento modernista carioca, essas edificações seguiram os princípios de formas puras e utilitárias, buscando um diálogo entre funcionalidade e estética (Lacerda e Trevisan, 2018, p.16).

Como exemplo que se constitui dessas características, é possível notar o Hospital Getúlio Vargas (Figura 36), que incorporou elementos característicos como brise-soleil para controle da incidência solar, janelas em fita de forma a favorecer a iluminação e ventilação natural, e a platibanda, reforçando a funcionalidade, estética limpa e racional (Figura 37). Essas características refletiam a concepção de uma arquitetura adequada às necessidades locais de implantação.



Figura 36- Obras do hospital regional Getúlio Vargas.



Fonte: Autor desconhecido, S/D. Disponível em: Acervo localizado no aeroporto de Aragarças-GO.

Figura 37- Fachada do hospital regional Getúlio Vargas.



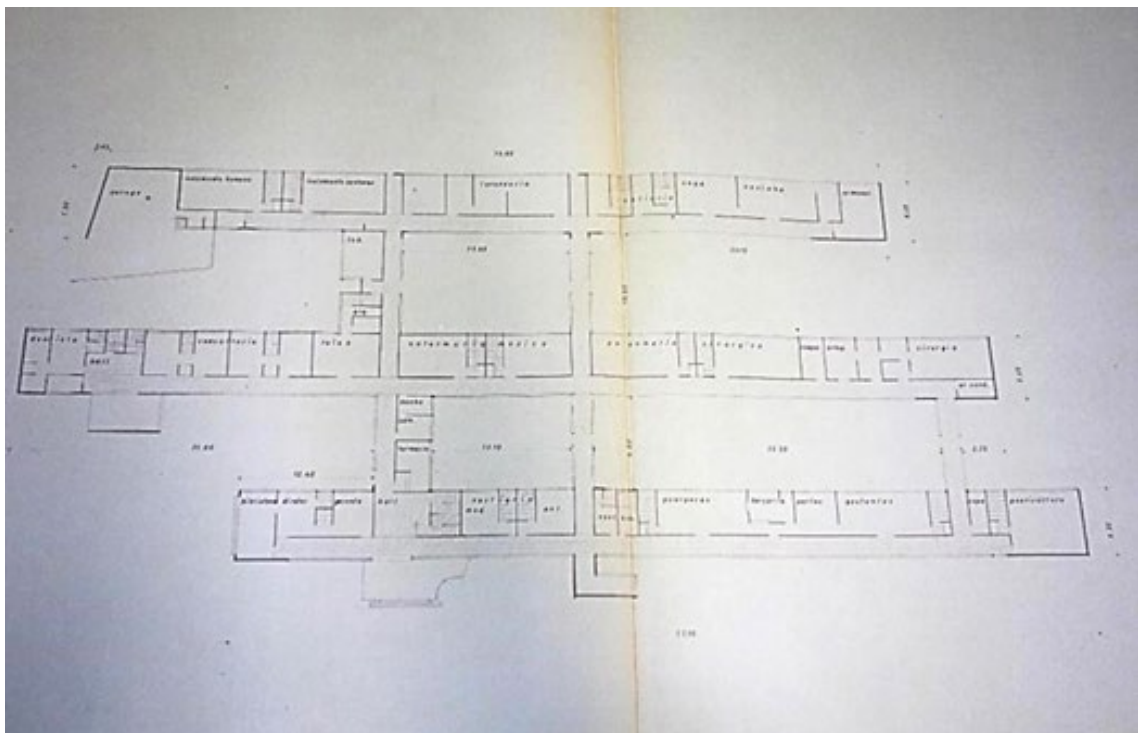
Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.



Inaugurado com o nome do presidente do em exercício na época de sua construção, Getúlio Vargas, o hospital regional inicialmente contava com 70 leitos e atendia municípios vizinhos (Figura 38), como Torixoréu, Baliza, Piranhas, Bom Jardim de Goiás, Pontal do Araguaia, Barra do Garças e Nova Xavantina (Martins, 2015, p.36). Projetado inicialmente para enfrentar as endemias frequentes na região, o hospital passou por diversas reformas e adequações em resposta às mudanças dos planos de governos municipais. Segundo dados do instituto Mauro Borges (2013), a capacidade de atendimento em 2013 era de aproximadamente 42 leitos. Atualmente, o hospital possui o total de 37 leitos, distribuídos em 14 para fins cirúrgicos, 7 para demandas clínicas, 6 leitos de obstetria, 6 para pediatria e outros 3 destinados para demais especialidades ou demandas complementares. Como apresentado por Borges (1987).

O plano que compreendia o término e funcionamento do Hospital Getúlio Vargas em Aragarças, através de convênio do ministério da Saúde com o antigo IAPI, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e a Fundação Brasil Central, unidade indispensável, pois na época não existia hospital em um raio de 600km e casos cirúrgicos e clínicos de importância não tinham possibilidades de serem atendidos [...].

Figura 38- Planta do hospital regional Getúlio Vargas.



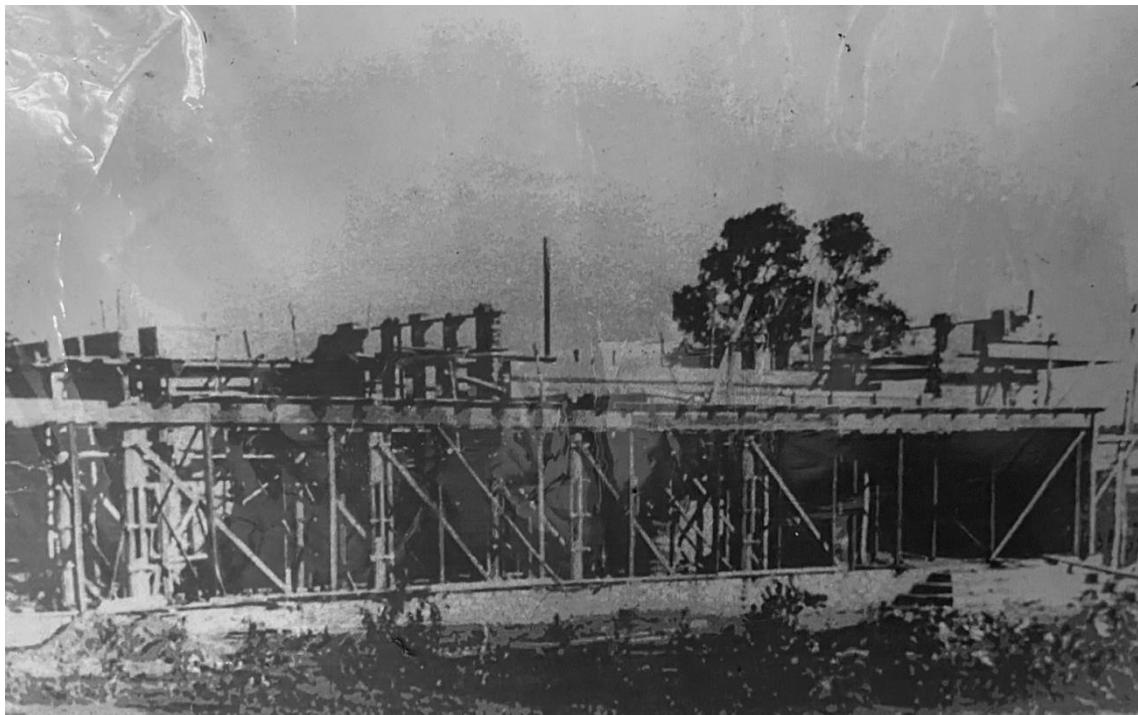
Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.



A Igreja São Judas Tadeu (Figura 39) integra ao conjunto de obras, resgatando algumas das influências visuais da Igreja de São Francisco de Assis, projetada por Oscar Niemeyer na Pampulha, em Belo Horizonte. Em sua fachada (Figura 40), destacam-se elementos simbólicos do modernismo, como o arco com a cruz centralizada, a marquise e o campanário. A igreja ainda era composta por muxarabi e utiliza-se de pilotis, estruturando a marquise e configurando uma passarela de acesso.

Dentro de breves dias, terá início a construção da Igreja de Aragarças. A igreja terá uma torre muito alta para maior prestígio da localidade e para impressionar bem o povo. A gente do interior não concebe festa sem o concurso da igreja e da praça pública. A primeira para orar, a segunda para divertir-se. É um índice dos recursos do lugar e da fé de seus habitantes.[...] (Varjão, 1989, p.271)

Figura 39- Obras da Igreja São Judas Tadeu em Aragarças-Go.



Fonte: Autor desconhecido, S/D. Disponível em: Acervo localizado no aeroporto de Aragarças-GO.



Figura 40- Vista da Igreja São Judas Tadeu em Aragarças-Go.

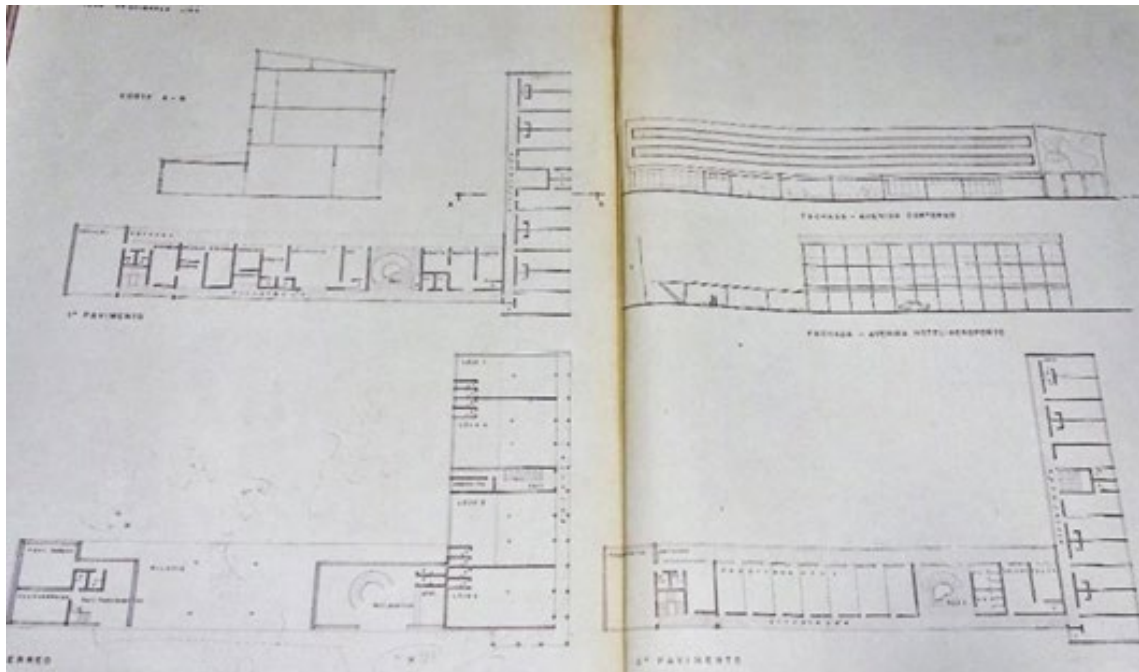


Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.

Para atender as necessidades administrativas da FBC, o plano diretor propôs a construção de um centro administrativo composto pelo edifício Sede (Figura 41) e pela Escola Secundária (Figura 42), refletindo a centralidade do controle institucional sobre o território. Lacerda e Trevisan (2018) destacam que, esses edifícios integrados ao plano urbanístico e arquitetônico da cidade simbolizam a presença e o poder estatal em Aragarças, materializando um projeto de ocupação e ordenamento do território. Esse processo configurou Aragarças como uma referência vanguardista no Brasil Central.

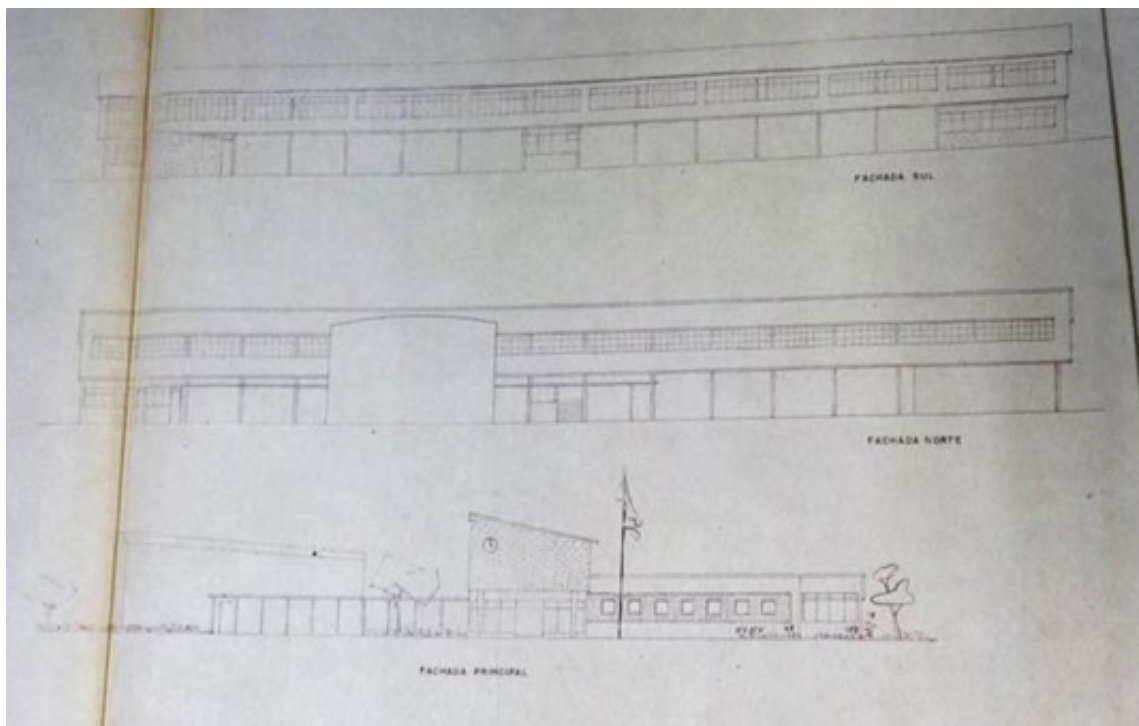


Figura 41- Projetos de plantas e fachadas da Sede da FBC em Aragarças-Go.



Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.

Figura 42- Projetos de fachadas e cortes da escola Secundária em Aragarças-Go.



Fonte: Lacerda; Tevisan, 2018. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/>> Acesso 14 abr. 2023.



A cidade de Aragarças foi gradualmente moldada como símbolo de um futuro progressista, consolidando significados e valores associados aos migrantes que se fixaram na região em busca de investimentos e uma vida promissora. Nesse processo, destacam-se as vilas operárias, como a Vila Ceará, e os conjuntos habitacionais militares e da FAB (Figura 43), projetos para acolher trabalhadores envolvidos nas obras de infraestrutura da região.

Figura 43- Conjunto de casas residenciais construídas pela FBC em Aragarças-Go.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 26 ago. 2024

As construções da vila Ceará (Figura 44) seguiam um padrão funcional, priorizando a proximidade com os locais de trabalho e proporcionando condições mínimas de conforto aos moradores. Essas casas, geminadas e padronizadas, contavam com sala de estar, dois quartos, depósito, cozinha e banheiro externo integrado a uma área de serviços e jardim. Em contraste, as residências destinadas aos militares e membros da FAB apresentavam um padrão construtivo superior, refletindo a hierarquia social e os interesses estratégicos do plano de ocupação territorial fomentado pela Fundação Brasil Central.



Figura 44- Conjunto de casas residenciais da Vila Ceará, construídas pela FBC em Aragarças-Go.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 26 ago. 2024

A segregação espacial evidenciava uma estrutura urbana marcada por hierarquias sociais e econômicas, separando os novos migrantes, compostos por expedicionários considerados os precursores da modernização, dos grupos locais, como nativo, garimpeiros e sertanejos. Como apresentado por Lima Filho (2000):

A instalação da Base Velha (um primeiro acampamento dos pioneiros) delimitou inicialmente uma ocupação militar com a construção dos ranchos próximos do córrego, já separando a casa do Coronel Flaviano Matos Vanick, homem de confiança de Getúlio Vargas, chefe da Expedição Roncador Xingu e uma grande quantidade de armamentos, o almoxarifado e os ranchos para os expedicionários [...] Assim, Aragarças começa se dividindo na parte de cidade do “aqui de cima” e a cidade do “lá embaixo”. Na parte do “aqui em cima”, que passarei a chamar parte “Alta” estavam os militares, os expedicionários e as construções da Fundação Brasil Central. A parte do “lá embaixo”, que passarei a chamar de parte “Baixa” estavam os garimpeiros, os sertanejos, o comércio e a diversão [...] (Lima Filho, 2000, p.72-73)

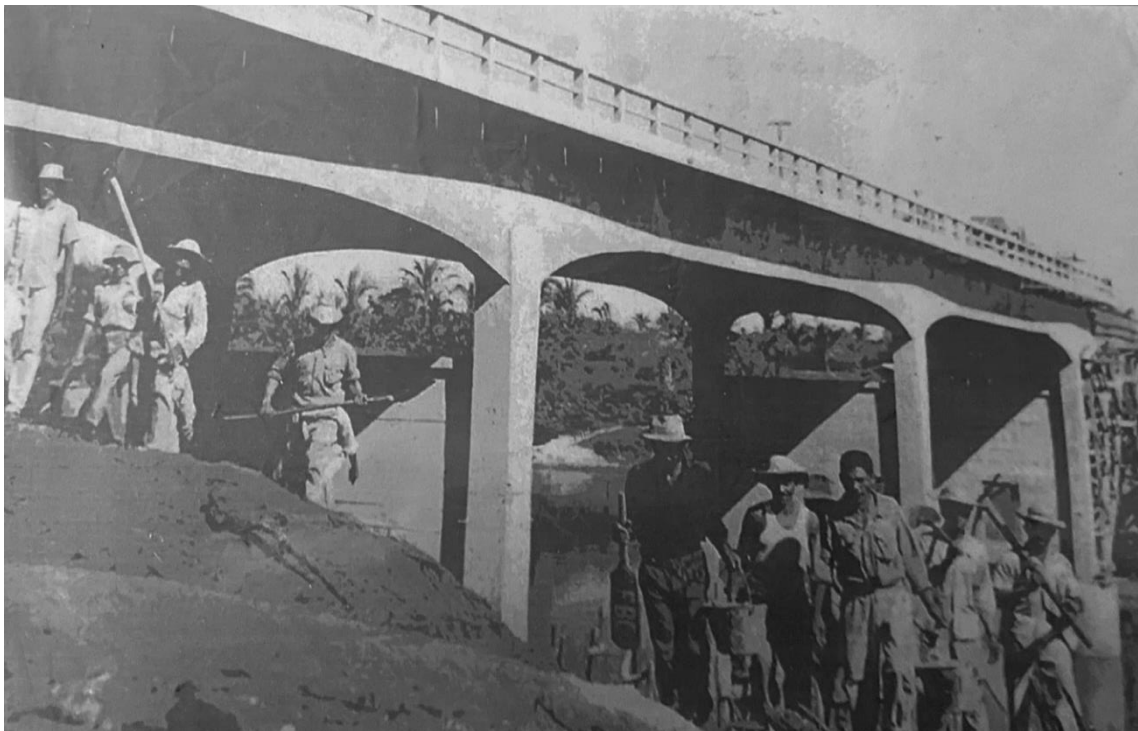
A implantação de ruas, avenidas e pontes consolidou o papel de Aragarças como centro logístico regional. A ponte sobre o rio Araguaia (Figura 45), por exemplo, que conecta as cidades vizinhas como Pontal do Araguaia e Barra do Garças (MT), simbolizou o avanço do progresso e a integração do Oeste brasileiro ao restante do país. Os conjuntos de obras representam um marco da modernidade, reafirmando o compromisso estatal com o desenvolvimento.

[...] A fundação de Aragarças, a cidade da Fronteira, tinha um objetivo revolucionário. O Marco Zero era como o cristal de múltiplas faces, compostas por



uma frente evangelizadora ritualmente marcada pela missa e pelo cruzeiro; uma frente de civilização, reencenando a saga dos bandeirantes paulistas; uma frente demográfica, porque a cidade deveria abrigar “verdadeiras ondas migratórias”, vagas humanas que devassariam os reversos e acabariam com os vazios do país; uma frente de expansão econômica, a banir a rudimentalidade do garimpo e induzir os homens às iniciativas privadas, já que no Brasil Central talvez se encontrasse o “maior empório gado do país” e, por fim, uma frente militar representada pelo Exército, os expedicionários e a Força Aérea Brasileira. Sinais espaciais que revelam valores e poderes. (Lima Filho, 2000, p.75)

Figura 45- Finalização das obras da ponte sobre o rio Araguaia em Aragarças-Go.



Fonte: Autor desconhecido, S/D. Disponível em: Acervo localizado no aeroporto de Aragarças-GO.

A história da cidade de Aragarças se faz como símbolo de modernização da época, carregando as tensões inerentes ao confronto entre o novo e o tradicional, entre os nativos e locais com o migrante, expedicionário. Se fundindo entre o urbano e o rural, o crescimento espontâneo e o planejado. Tornou-se um exemplo do reflexo de complexidades de um projeto de ocupação nacional em um contexto de mudanças sociopolíticas. A cidade emerge como um campo de experimentação urbanística, cujas lições vão além das fronteiras geográficas, contribuindo para a compreensão dos desafios e potencialidades no processo de desenvolvimento regional.



3. ÁGUAS HÍBRIDAS

*Nas margens do Rio Araguaia
No verde planalto sem par
Ali nasceu a linda Aragarças
A namorada do luar*

*De brancas praias prateadas
De campos de belezas mil
Aragarças és promessa és glória
Da juventude do Brasil*

*Foste o berço dos heroicos garimpeiros
Do Ministro João Alberto foste a fã
És vanguarda da Marcha para o Oeste
Futuro centro da Amazônia do amanhã.*

*És glória do nosso passado
Dos vultos nobres sem igual
És estrela que ilumina o berço
Da Fundação Brasil Central*

*Cresce Aragarças vigorosa
Retratas um futuro promissor
Que tua gente seja vitoriosa
O teu futuro remissor.*

(HINO DE ARAGARÇAS, 1978 *apud* Diniz, Zélia, 1990, p.182).



3.1. Territórios de disputas

Após um longo período de disputas e a conformação de novos espaços e arranjos sociais, a cidade de Aragarças tornou-se a representação de um ideário progressista que acabou estagnando no tempo. Outrora, a cidade desempenhou um papel fundamental na estruturação e ocupação da região fronteiriça entre os estados de Goiás e Mato Grosso, segundo Lima Filho (2000):

A fundação de Aragarças revela atos rituais de demarcação de um novo espaço e um novo tempo, uma nova ordem de concepção sociológica e simbólica a segmentar e produzir novos espaços sob a ótica de controle do território [...]. É a marca de um novo tempo, que poderia acelerar a vida lenta do interior e se tornar base operacional, como explícito em vários documentos da Fundação Brasil Central, para a eficácia da expansão da frente capitalista. [...].

A região de Aragarças foi palco de diversas disputas, desde a apropriação das terras de povos originárias, às frentes migratórias de bandeirantes e sertanejos, atraídos pela promessa de terras ricas em minérios que favoreciam o crescimento econômico e a ascensão social. O cenário da época era composto por representações de povos que, a partir de suas lutas e do desejo de domínio do território deixaram marcas de um passado árduo, de enfrentamento e conquista do sertão até então desconhecido.

Os símbolos sociais e as memórias que ainda persistem nas vivências de Aragarças estão fortemente associados aos expedicionários que chegaram às margens do Araguaia durante a Marcha para o Oeste, em 1943. Negligenciaram um passado já estabelecido pelas ocupações dos povos nativos e dos garimpeiros, como apresentado por Lima Filho (2000):

Entre os quadros sociais da memória selecionados pelos pioneiros de Aragarças destacam-se aqueles que associam a chegada dos expedicionários da Expedição Roncador-Xingu à origem da cidade, em 143. Trata-se então de uma ‘fronteira pioneira’.

As disputas de Aragarças ultrapassaram o simbolismo imaginário e se manifestaram de forma concreta nas dinâmicas de ocupação e controle territorial. Tais disputas levaram à implementação de novas construções por militar e expedicionário, cujo objetivo era promover a “modernização” do sertão e a instalação de uma base da Fundação Brasil Central, assim reforçado por Oliveira e Silva (2020), o “tímido e humilde povoado garimpeiro teve sua configuração citadina modificada e transformada pela lógica do Estado Novo”.

Construída pelos militares e expedicionários para abrigar a Expedição Roncador-Xingu e para se tornar a segunda experiência da modernidade do sertão do Brasil Central, depois de Goiânia (1933), a construção de Aragarças produziu uma divisão espacial entre os espaços ocupados na parte ‘Alta’ da cidade pela Expedição Roncador-Xingu, Fundação Brasil Central e Força Aérea Brasileira e os espaços já ocupados na parte ‘Baixa’ pelos garimpeiros e sertanejos. (Lima Filho, 2000, p.70-71)..



Com o advento da Marcha para o Oeste e a Expedição Roncador Xingu em 1940, novos horizontes políticos e econômicos se abriram para Aragarças. A transformação em cidade em 1953 marcou um novo capítulo em sua história, seguido pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) em 1967, que substituiu a FBC, e a formação do Consórcio dos Municípios do Médio Araguaia (COMMEA) em 1972. Essas instituições representaram símbolos importantes na administração e desenvolvimento da região, garantindo maior autonomia aos gestores municipais.

Foi a partir da construção da nova capital do país, Brasília (1956-1960), que os planos do governo de modernização e ocupação do território são redirecionados, seguindo um caminho por terra e pelos ares, não mais o leito do rio Araguaia. O propósito de criação da cidade girava em torno da FBC, que a partir de então teve suas forças de operação realocada para uma nova região, um novo marco de modernização e avanço do país.

Então somente em 1967, com o declínio urbano e social, a cidade de Aragarças torna-se um território de disputas administrativas. Com a extinção da FBC, uma crise foi instaurada, sendo necessária a realocação da mão de obra que outrora se fazia presente para promover a modernização da região, uma parte dos funcionários foi realocada para outros órgãos federais e os demais, impelidos a aposentadoria de forma compulsória.

Segundo Lima Filho (2000), a cidade de Aragarças viveu sob o paternalismo, toda a infraestrutura implantada no município era fruto do processo de acolhimento do plano advindo com a Expedição Roncador-Xingu e a FBC. A cidade fora construída dividida, a qual refletia o processo de territorialização que gerou contrastes na paisagem e na memória do município.

Um período regido por ações a certo modo “paternalista” dirigido no então governo de Getúlio Vargas, o qual objetivava o processo de interiorização e ocupação dos espaços vazios, findou-se após quase vinte e cinco anos de existência. Para muitos que ficaram na pacata cidade de Aragarças, tiveram que lidar com novos rumos e modelos de programas de desenvolvimento econômico; e conviver com o sentimento de progresso “terminado”. (Martins, 2015, p.44).

Por um breve período, a cidade passou por uma remodelação em decorrência dos sucessivos programas de gestão implementados. O pequeno vilarejo, inicialmente formado pela aglomeração de pessoas de diversas regiões que se aventuraram em busca de riquezas nas margens do rio Araguaia, transformou-se em um novo centro urbano, caracterizado por símbolos arquitetônicos que refletiam os interesses e planos sociais e políticos da época (Figura 46). Esses padrões foram sendo alterados e reconfigurados a cada nova gestão e proposta de territorialização da região.



Figura 46- Ofício religioso celebrado pelo presidente da FBC, o marco do Cruzeiro em Aragarças-Go.



Fonte: Arquivo Nacional, S/D. Disponível em < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/> > Acesso 26 ago. 2024

Uma nova estratégia política foi instaurada em Aragarças em dezembro de 1967, em consonância com os planos do regime militar vigente no país, com foco no controle de capital e no desenvolvimento da economia regional, mediante concessões e subsídios que visavam atrair grandes multinacionais. A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), no entanto, impôs obstáculos aos gestores municipais, dificultando a elaboração de projetos, já que o controle político e econômico dos territórios era centralizado pelo Estado.

Através de documentos primários que fazem parte do acervo documental da SUDECO, podemos comprovar a aliança do Estado Amplo e Estado Restrito na região Centro-Oeste. Um primeiro caso pode ser averiguado através de fontes que mostram um estudo da instituição na década de 1970, o qual tinha como sentido simplificar as intervenções governamentais integrado da bacia do Alto Paraguai. Este estudo resultou de um convenio firmado entre o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo a Organização dos Estados Americanos (OEA) como executora. O acordo, cuja coordenação foi delegada à SUDECO, tinha como finalidade estudar e planejar, em três anos, o aproveitamento integrado dos recursos de água e solo da bacia do rio Paraguai em terras brasileiras. Em outras palavras, queriam explorar inexoravelmente as riquezas de uma região que podia gerar muito capital para ambas as partes. (Araújo, 2011, p.05).

A SUDECO configurou-se como um novo modelo de programa direcionando sua ações conforme as condições econômicas de cada município, integrando-os a uma ordem econômica nacional. No caso de Aragarças, todos os projetos em andamento pela extinta FBC foram



revogados ou reprogramados, e os servidores foram realocados, com suas atividades sendo limitadas e modificadas.

Neste sentido, verificamos que no caso da SUDECO, a qual se encaixa na esfera da administração pública, a burocracia moderna predominou como forma organizacional da instituição. A percepção deste predomínio se deu através da quantidade de documentos, encontrados no arquivo da instituição, em que se tem uma vasta divisão de cargos e funções a serem exercidas por uma grande quadro de funcionários. E todos estes cargos e funções faziam parte de uma rede hierárquica, em que, buscando uma agilidade e qualidade nos resultados que visavam, fizeram da administração do órgão uma verdadeira “teia” empregatícia. (Araújo, 2011, p.12)

Com a criação da SUDECO, foi firmado um convênio com Universidade de Brasília (UNB) para a implementação do Campus Avançado e do Projeto Rondon (Figura 47) em Aragarças-GO e Barra do Garças-MT. Segundo Diniz (2016), a proposta “consistia na obrigação de enviar voluntários para prestar serviços às comunidades carentes. Não havia caráter assistencialista nem ideológico, mas sim promover o bem estar das comunidades nas áreas pertinentes aos interiorizados”.

Figura 47- Campus Avançado em Barra do Garças(MT) – Projeto Rondon. Vista aérea do Campus.



Fonte: Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB, S/D. Disponível em <
<https://atom.unb.br/index.php/00079-02/>> Acesso 21 set. 2024

Entre os projetos de modernização do município, foi realizada a construção do Hospital Regional de Aragarças (Figura 48) que exigiu a contratação de médicos e equipes técnicas na área da saúde para garantir seu funcionamento e atendimento à população. Através do projeto Rondon, foi possível alcançar resultados significativos, nos quais os participantes ampliavam o conhecimento sobre a realidade do interior e promoviam o desenvolvimento das regiões mais



afetadas pela ausência de serviços especializados. Muitos estudantes de medicina vinculados ao projeto acabavam se estabelecendo na região (Figura 49), formando famílias e integrando-se à comunidade local, o que resultou na formação de uma equipe técnica permanente de colaboradores.

Figura 48- Visita do Reitor da UnB ao Campus avançado do Aragarças e Barra do Garças – Projeto Rondon. Kombi do Projeto Rondon – Reitor e outros em primeiro plano.



Fonte: Universidade de Brasília. Arquivo Central. Atom UnB, S/D. Disponível em <
<https://atom.unb.br/index.php/00079>> Acesso 21 set. 2024



Figura 49- Chegada dos estudantes à Aragarças com destino ao Campus Avançado em Barra do Garças. Avião da Força Aérea Brasileira parado, pessoas descendo e outra já do lado de fora.



Fonte: Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB, S/D. Disponível em <
<https://atom.unb.br/index.php/00079-01>> Acesso 21 set. 2024

Além da institucionalização do Projeto Rondon, a SUDECO esteve vinculada ao Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), estabelecido pelo decreto nº75.320, de 29 de Janeiro de 1975. Conforme o artigo 1º do decreto, o objetivo do programa era promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste do Estado de Minas Gerais, por meio da ocupação racional de áreas selecionadas com características de Cerrado. Nesse contexto, a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) investiu em pesquisas voltadas à introdução de novos produtos agrícolas e ao uso de maquinários internacionais, visando a produção de monoculturas em larga escala na região de Aragarças (Cavalcanti e Barreira, 2011, p.182).

O município de Aragarças, ainda que numa proporção menor, esteve irradiada pela área de Piranhas-GO, a qual esteve entre as cinco regiões selecionadas como áreas do programa. Porém, trata-se de uma região onde existem muitas pequenas propriedades; fator relevante as análises de desenvolvimento, pois, ao crédito rural disponibilizado pelo POLOCENTRO em Goiás as propriedades com até 100 hectares conseguiram atrair apenas 0,5% dos recursos do programa enquanto os latifundiários com áreas superiores a 1000 hectares absorveram 62% do montante destinado aos créditos agrícolas (Martins, 2015, p.51)

A má distribuição de recursos e subsídios, destinados a promover o desenvolvimento da região após a extinção da FBC, aliada à constante disputa política e administrativa que surgia a cada novo programa implementado, levou à criação do Consórcio dos Municípios do Médio Araguaia (COMMEA) em 9 de dezembro de 1972. O consórcio foi estabelecido como resposta



às dificuldades enfrentadas pelos municípios da região após a dissolução da FBC, onde precisavam de uma nova estrutura para gerir os bens e as infraestruturas ainda existentes.

Conforme apontado por Diniz (2016), o principal objetivo do COMMEA era administrar e manter os bens e serviços, que após a extinção da FBC, ficaram sob a responsabilidade da SUDECO. A criação do consórcio também tinha como ações em segundo plano, a necessidade de reorganização da gestão regional, de forma a garantir que os projetos não fossem abandonados e que pudessem ter continuidade na região implantada.

Através do COMMEA, foi instituído um processo de governança regional que incluía a eleição de um líder político comum, que exerceria a função de presidente, sendo este responsável por administrar os bens e os recursos herdados da FBC. Esses bens foram fundamentais para o desenvolvimento inicial da região do Araguaia, contudo passaram a enfrentar um processo de deterioração devido às condições precárias de conservação e escassez de recursos financeiros para sua manutenção.

O contexto econômico da época também era desfavorável, com cortes de subsídios e a diminuição do apoio Federal para projetos locais, agravou ainda mais a situação. A falta de recursos e a dificuldade de articulação entre os municípios levaram à formulação de um acordo, no qual as cidades da região decidiram pela venda dos patrimônios que ainda estavam sob sua gestão direta, como forma de quitar as dívidas acumuladas e a tentativa de preservar o que restava das infraestruturas construídas.

O progresso alcançado na região a partir de 1943, com a Expedição Roncador-Xingu, que tinha promovido uma série de avanços tanto no aspecto territorial quanto no desenvolvimento econômico e social, foi sendo desconjuntado de forma gradual. A expedição que fora parte de um projeto ambicioso de colonização e desenvolvimento do sertão brasileiro, havia deixado como legado diversas obras e estruturas que, décadas depois, não encontraram mais suporte para sua existência.

O que pode ser entendido, é que a cidade de Aragarças, em relação a sua estruturação econômica e sociocultural nos três ciclos de formação econômica, esteve condicionada por uma gestão política de planejamento estabelecida a priori com a Fundação Brasil Central e (re)estruturada com a execução da SUDECO, período militar em que houve maior número de planejamento elaborados para um ordenamento territorial brasileiro. (Martins, 2015, p.59)

Diante deste cenário, muitos dos bens públicos presentes nos municípios que haviam sido criados durante o período de efervescência da FBC foram repartidos, cedidos ou vendidos como parte do esforço dos gestores municipais para resolverem as pendências financeiras, em Aragarças não foi diferente. A fragmentação do patrimônio público não apenas representou a perda de recursos valiosos para a região, como também simbolizou o fim de um ciclo de



desenvolvimento regional que fora marcado pela integração de áreas antes isoladas e pela tentativa de modernização do interior brasileiro.

Com o tempo, todos os programas que foram criados e implementados durante o período de maior atuação da FBC, foram progressivamente extintos ou tornaram-se inativos, contribuindo para a estagnação econômica e social da região. A SUDECO, que havia assumido a gestão dos bens e continuado alguns dos projetos após a extinção da FBC, também enfrentou dificuldades significativas ao longo das décadas seguintes.

A falta de apoio financeiro e a mudança do discurso progressista, das prioridades políticas e econômicas em nível federal, favoreceu o declínio das atividades da SUDECO, sendo formalmente encerrada em 1990. Esse período marcou o fim de um ciclo com grandes investimentos e tentativas de desenvolvimento coordenado para a região do Médio Araguaia, deixando como legado um cenário de desestruturação e dificuldades para os municípios e comunidades locais.

Nesse período, as disputas administrativas giravam em torno da gestão do patrimônio remanescente e da definição do papel econômico da cidade. Os habitantes, diante do vazio deixado pela FBC, articularam formas alternativas de organização, criando associações locais no objetivo de preservar parte das infraestruturas herdadas. Segundo Bauman (2000), em sua obra *Modernidade Líquida*, esse tipo de reconfiguração social e territorial reflete a fluidez das relações de poder e economia no contexto da globalização e da descentralização estatal, onde as comunidades assumem papéis híbridos no processo de territorialização.

A transição ocasionada pela dissolução da FBC e a transferência de responsabilidades para SUDECO representam uma quebra de continuidade institucional e territorial, criando um ambiente em que os habitantes precisam lidar com a inconstância da gestão pública e a ausência de planejamentos bem definidos. Para Bauman (2000), é característico de sociedades que passam por processos de desregulação e descentralização, onde as relações entre poder, espaço e economia se tornam mais instáveis.

Dessa forma, a gestão do território em Aragarças passou a depender não apenas de agentes estatais, mas também da capacidade da população local de reorganizar suas estratégias de sobrevivência econômica e social, o que segundo Bauman (2000), transpõe a necessidade constante de adaptação no mundo líquido-moderno. E assim presente na cidade e região, onde as mudanças são visíveis na forma como o território é formado, disputado e reconfigurado.

A ausência de estrutura reflete a precariedade das ações em um cenário em que a liquidez prevalece, com o discurso de modernização e progresso não se materializa propriamente ao longo dos anos, se dispersando em soluções temporárias e fragmentadas, concebendo estruturas



sociais ineficientes ou obsoletas. Em Aragarças é visível as tensões entre o nativos e migrantes, onde os habitantes procuram estabelecer controle sobre seu território, mas enfrentam a ausência de um suporte sólido, no passado era garantido pela FBC. Assim o desequilíbrio e as disparidades sociais se revelam nas fragilidades de uma modernidade líquida em um território de transição.

3.2. Afluências Urbanas – legados e desafios pós-modernização

A interrupção dos planos governamentais para Aragarças e região, diante do sobrevoo do progresso para novos horizontes, resultou em um desequilíbrio nas atividades políticas e econômicas da cidade. A ausência de suporte estatal, somada à fragilidade das instituições locais, acelerou o enfraquecimento das estruturas político-administrativas, exigindo uma gestão mais autônoma, em meio a uma sociedade estagnada e carente de recursos.

A cidade, portanto, vivia um cenário de fragmentação, não apenas no que se refere à ocupação do território, mas também às disputas políticas que permeavam as relações sociais locais. O rio Araguaia, que antes separava e definia territórios, já não era mais visto como um elemento divisor.

Aqueles que habitavam as margens do Araguaia, antes do início do avanço progressista trazido pela FBC, se viam deslocados, excluídos dos investimentos que se concentravam em determinadas áreas e se tornando, de certa forma desconectada da terra que ocupava. Apenas os adeptos da marcha expedicionária e seus representantes eram considerados como civilizados, enquanto grupos de migrantes anteriores se viam cada vez mais distantes dos ideais progressistas que eram instituídos com as novas bandeiras expedicionárias na região.

Após os anos de auge da década de 1940 e 1950, quando o município experimentou um crescimento vertiginoso impulsionado pela presença da FBC e pela dinâmica do ciclo de progresso, Aragarças entrou em um claro processo de declínio urbano e social. Como apresentado por Lima Filho (2000, p.80):

Depois dos tempos áureos e aéreos das décadas de 1940 e 1950, Aragarças entra num franco processo de declínio urbano e social. O turning point da crise veio com a extinção da Fundação Brasil Central em 1967 e a aposentadoria compulsória ou transferência de vários funcionários para outros órgãos federais. [...] A crise abate os pioneiros, como testemunharam os próprios pioneiros e o antropólogo Roque de Barros Laraia, o professor José Quintas e a professora Leda Del Caro, todos da Universidade de Brasília que manteve um campus avançado em Aragarças e Xavantina. Leda Del Caro afirmou: “Aragarças é uma população que só vive de envelhecer”. (Lima Filho, 2000, p.80)



A perda da conexão com o idealismo progressista que antes caracterizava Aragarças debilitou suas estruturas locais, afetando grupos sociais, ideologias e a preservação das áreas e edificações da FBC. Como aponta Diniz (2016), “com a extinção da Fundação Brasil Central todos os seus serviços foram paralisados, incluindo as escolas que foram fechadas automaticamente. Os funcionários ficaram desabrigados causando extrema comoção na cidade”.

Esse colapso estrutural gerou um vazio administrativo e social que demandava uma resposta urgente dos novos gestores e da população aragarcense. No entanto, a resposta local não veio sem custos. A cidade precisou buscar uma solução autônoma para garantir a continuidade de sua gestão e a manutenção mínima de suas funções sociais, segundo Diniz (2016), para que se garantisse a continuidade da administração municipal foi necessário que a prefeitura comprasse terras pertencentes ao espólio da FBC, que estavam sob a guarda da SUDECO, o que possibilitaria certa estabilidade diante da crise.

Como ação para amenizar o impacto da crise urbana e social, os governantes municipais realizaram uma série de intervenções no plano urbanístico de 1953, especialmente no loteamento de áreas ociosas e na fragmentação do terreno do Aeroporto Salgado Filho, que teve seu nome alterado para Aeroporto Cid Lana. Tais mudanças foram consideradas essenciais para o crescimento da cidade, acreditando ser possível a criação de novos espaços urbanos e o aumento da oferta de terrenos para a população fomentando novas frentes migratórias para a região.

O ato de maior destaque nas administrações municipais foi a aquisição de terras do município, que pertenciam ao espólio da Fundação Brasil Central, por doação da SUDECO. Foi o espaço necessário para o crescimento da cidade. [...] No plano urbanístico da cidade houve o loteamento das áreas ociosas, incluindo o Aeroporto Salgado Filho que teve seu nome mudado para Aeroporto Cida Lana. [...] A venda dos lotes proporcionou a aquisição de recursos financeiros para o município e a legalização dos terrenos que não tinham escrituras. (Diniz, 2016, p.39)

Atualmente o aeroporto conta com a pista de pouso (Figura 50) para pequenas aeronaves, servindo de apoio para empresários e fazendeiros da região. As edificações (Figura 51) que outrora estavam em plena atividade com as linhas de aviação que ligavam as regiões sudeste, centro-oeste e norte do país, agora servem como depósitos de máquinas, peças aeronáuticas e resquícios do acervo histórico da região.



Figura 50- Pista de pouso Aeroporto Cid Lana - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 51- Edificação administrativa do Aeroporto Cid Lana - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Sua importância histórica foi reconhecida em 20 de dezembro de 2002, quando tombado como patrimônio histórico pela Lei N° 1314 (Anexo 1), o que garante sua preservação como um bem de grande valor para a memória local. No ano de 2014, as instalações do antigo terminal de embarque (Figura 52) serviram como a Casa da Cultura e Museu Municipal de Aragarças.



Figura 52- Instalações do Antigo Terminal de Embarque do Aeroporto Cid Lana - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

O panorama existente diante das transformações sociais, políticas e econômicas na cidade de Aragarças, preservam em seu tecido urbano vestígio das intervenções do passado e as consequências das decisões do presente, principalmente no que se refere às edificações que restaram do período de transformação promovido pela FBC. Muitas das construções que se mantêm íntegras ou parcialmente preservadas, tornam-se testemunhos de uma época de progresso e investimentos para a região, como também revelam desafios da manutenção do patrimônio em contextos de crise e instabilidade.

As edificações que sobreviveram ao tempo, e que ainda marcam o traçado arquitetônico e urbanístico do município, são expressões factuais das relações entre o poder público e a sociedade local, entre o progresso imposto pelo Estado e a adaptação das comunidades com as intervenções em suas formas de ocupar e territorializar a região.

O período que vigorou os planos da FBC em Aragarças foi muito favorável para a construção de estrutura arquitetônica; muitas destas são utilizadas até os dias de hoje. As primeiras indústrias de transformação (olarias e marcenarias), fornecimento de energia elétrica, gerada por um motor elétrico, a empregabilidade ou de certo modo o “paternalismo presente”. De todo caso, a cidade se fez, elevou-se de vila para cidade composta por seu município. Aos sujeitos que viveram o período da fundação, foi um tempo de “desenvolvimento”. As grandes e mais importantes obras existentes no espaço urbano da cidade foram construídas em tempos de FBC. (Martins, 2015, p.34)

Pontos históricos, como o Cruzeiro e as casas geminadas da Vila Ceará representam a símbolos da memória coletiva da cidade. O Cruzeiro (Figura 53), construído como símbolo central da territorialização promovida pela FBC, permanece na Praça do Cruzeiro construída em



2011, entre as ruas Quinhentos e Seis, Quatrocentos e oitenta e quatro e a Avenida Duque de Caxias. Este reafirma a história de ocupação e os planos urbanísticos que demarcavam a cidade alta e a cidade baixa.

Figura 53- Cruzeiro – Marco Zero de Aragarças - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

O conjunto de casas geminadas da vila operária, conhecida como Vila Ceará (Figura 54), construídas para abrigar trabalhadores que migraram da região nordeste do país e que se envolviam nas obras da FBC, estando localizadas entre as ruas Manoel Rodrigues da Silva e Ricarda Ribeiro da Silva, nas proximidades onde construíram as estruturas e indústrias que serviam de base para construção da cidade. As casas apresentavam características semelhantes, sendo geminadas e com divisões internas compostas por sala, dois quartos, depósito, cozinha e banheiro externo anexo a uma área de apoio e serviços. Hoje, muitas das casas foram cedidas e vendidas, tornando-se propriedades privadas, sendo suas configurações estruturais e estéticas alteradas para atender os novos moradores. Porém, foi possível identificar algumas



características que se mantinham como fachadas e elementos construtivos originais, a exemplo as janelas de correr com estrutura de madeira, veneziana e vidro (Figura 55).

Figura 54- Conjunto de casas geminadas, Vila Ceará - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.



Figura 55- Janelas de correr original em madeira e vidro, Vila Ceará - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Outros conjuntos de casas formaram a Vila Militar e da Força Aérea Brasileira (FAB), inicialmente construídas para abrigar oficiais e integrantes das expedições da FBC, o qual desempenhou o papel significativo no fortalecimento da presença do Estado na cidade. Essas residências, situadas no entorno da rua Francisco Albuquerque Milhomem, próximo da projetada Avenida Parque e demais edifícios sede da Fundação e suas atividades de controle do território. Hoje, algumas das construções foram adaptadas para servir como instalações administrativas, como secretarias estaduais e municipais (Figura 56), sendo Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), Instituto Médico Legal (IML), Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria de Agricultura e Pecuária (Martins, 2015, p.40). Porém, algumas edificações seguem com seu propósito oficial, como moradia para familiares de oficiais que herdaram as residências (Figura 57).



Figura 56- Vila Militar e FAB – FBC, atual Secretarias estaduais e municipais de Aragarças.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 57- Vila Militar e FAB – FBC, atual residência em Aragarças.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Com a transferência de muitos trabalhadores envolvidos nas obras da FBC, diversas estruturas que serviam como base para a construção de novas edificações foram abandonadas, como o galpão de almoxarifado e a olaria, ambos localizados no bairro de chácaras conhecido como José Divino Bispo. Ao caminhar pelas ruas de terra e pastos, precisamente ao final da rua Salomão Pereira da Silva, ainda é possível encontrar uma das chaminés (Figura 58) que



compunha o galpão da olaria, onde eram fabricados tijolos e telhas para as construções da Fundação.

Figura 58- Chaminé da Olaria - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Além da olaria que servira como base de apoio das construções do município, é possível verificar as ruínas da Casa do Motor (Figura 59), na rua Maria Messias de Oliveira, construção que consistia em um galpão para abrigar ferramentas e o motor elétrico utilizado no período da Fundação para fornecimento de energia de Aragarças e municípios vizinhos, como Pontal do Araguaia e Barra do Garças em Mato Grosso. Este se mantinha em funcionamento e fornecendo energia para a região e sendo desligado todos os dias às 22h (Martins, 2015, p.40).



Figura 59- Casa do Motor - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A caixa d'água sendo um marco do setor Vila Ceará (Figura 60) segue presente até os dias atuais, localizada na quadra 13 da rua Raimundo S. de Souza. Sua existência reforça que o projeto de reforma urbana para Aragarças de 1953 não seguiu a execução por completo e sendo alterado ao longo dos anos conforme as novas necessidades que surgiram para os novos gestores do município. A construção consiste em um volume de concreto destinado ao armazenamento de água que abastecia o setor operário, a Vila Ceará, e os equipamentos urbanos do entorno, como o hospital Getúlio Vargas. Em reconhecimento ao seu valor histórico, o prédio da Caixa D'Água foi tombado como patrimônio pela Lei Nº 790 (Anexo 2), de 14 de maio de 1993, garantindo sua preservação e a valorização de sua importância no processo de construção da cidade de Aragarças.



Figura 60- Praça da Vila Ceará e Caixa D'Água - FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Edificações como as escolas, centros administrativos e a infraestrutura urbana, como a malha viária, foram projetadas para atender a um modelo ideal de modernização imposto pelo Estado, que visava integrar a cidade ao processo de desenvolvimento nacional. No entanto, com o abandono progressivo da FBC e a mudanças nas prioridades políticas econômicas, muitas das edificações acabaram por perder a função original, tornando-se ao longo das décadas, símbolos de um passado de prosperidade que não se concretizou de forma duradoura.

O principal exemplo de desvalorização e descontinuidade desse projeto histórico é o hotel Getúlio Vargas, também conhecido como Grande Hotel (Figura 61), construído na Avenida Pedro Ludovico Teixeira. Inicialmente projetado como um local de hospedagem de prestígio, destinado a receber representantes políticos da época, como presidentes e autoridades militares, porém o hotel não recebeu investimentos para sua manutenção ou restauração após a era de ouro da FBC. Eventualmente, passou a ser utilizado como abrigo para os indígenas Xavantes em tratamento de saúde, sendo então renomeado como Casa de Saúde do Índio (CASAI). Atualmente, o hotel encontra-se em ruínas e foi ocupado pelo Governo Federal para servir como depósito de materiais, equipamentos e veículos subutilizados.



Atualmente, como não se promoveu nenhum projeto de restauração, o mesmo encontra-se em ruínas. Durante os anos que se estenderam de 2012 a 2014 o hotel serviu de alojamento dos indígenas Xavante provenientes do estado do Mato Grosso. Os indígenas da etnia Xavante ficaram alojados para tratamento de saúde. Por vez, o hotel passou a chamar-se Casa de Saúde do Índio (CASAI), sob vigilância da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que responde pelo município de Barra do Garças no estado de Mato Grosso. [...] Neste ano, os indígenas, não estiveram presentes no hotel, como em anos anteriores; o que se vê são carros fornecidos pelo Governo Federal ao uso da FUNAI a serviço dos indígenas jogados ao tempo, verdadeiras sucatas, ou seja, o hotel virou depósito de carros deteriorados sem condição de uso. Mas, está vinte quatro horas sendo vigiado por funcionários vigilantes de empresas terceirizadas. (Martins, 2015, p.38)

Figura 61- O Grande Hotel – Getúlio Vargas da FBC.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Outro marco importante do desenvolvimento social e de lazer da cidade foi o clube dos funcionários da FBC, concebido em terreno de esquina entre a Avenida Pedro Ludovico Teixeira e a Rua Quatrocentos e um. Foi edificado para o entretenimento e a socialização dos



trabalhadores da Fundação e seus familiares. Este representava uma iniciativa de integração social, criando vínculos entre os moradores e reforçando a ideia de progresso e modernidade que caracterizava o período áureo de Aragarças. Com o fim da instituição FBC, o clube foi vendido tornando-se o Clube dos Diretores e Lojistas e hoje abriga o Serviço de Convivência Social Dr. Luiz Paulo Rezende (Figura 62), apesar das mudanças, o seu valor simbólico como ponto de encontro e socialização permanece vivo.

Figura 62- Antigo Clube dos Funcionários da FBC, atual Serviço de Convivência Social Dr. Luiz Paulo Rezende.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Como lugares de eventos e manifestações da cultura local, temos também a igreja São Judas Tadeu (Figura 63), sendo a primeira oficialmente construída em Aragarças. Sua localização é estratégica, entre as ruas Apolinário Pereira Burjack, Francisco de Albuquerque Milhomem e Artur Miranda Campos, no centro administrativo e com uma arquitetura característica que salta aos olhos do visitante. Atualmente preserva características construtivas da época, sua fachada com formas puras constitui-se de elementos como brise soleil e laje sobre pilotis, recorrentes do estilo modernista (Figura 64). Seu funcionamento e disponibilidade para visitas acontecem às quartas-feiras e domingos, com celebração de missas e uso do salão construído como anexo para abrigar festas e leilões da comunidade (Martins, 2015).



Figura 63- Igreja São Judas Tadeu – FBC, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 64- Elementos da fachada da Igreja São Judas Tadeu – FBC, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.



Uma edificação com características semelhantes é o Hospital Getúlio Vargas (Figura 65), sendo obras projetadas por Lúcio Costa (Martins, 2015) e que ainda estão presentes na malha viária e servem como acervo histórico da cidade na rua José Martins Costa. É considerado uma das principais construções do período da FBC, sendo recorrentes reformas para a preservação das características construtivas (Figura 66) do período, como paredes revestidas com seixos rolados de rio, marquises e arcos, janelas em fita e brise soleil como elemento no acesso principal da edificação.

Figura 65- Hospital Municipal Getúlio Vargas – FBC, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.



Figura 66- Elementos da Fachada do Hospital Municipal Getúlio Vargas – FBC, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Quanto à malha urbana do município pouco foi preservado do plano urbanístico de 1953, considerando que a proposta constituía-se de grandes avenidas que facilitariam o fluxo e acesso à ponte sobre o rio Araguaia. As áreas ociosas foram desmembradas e loteadas, onde muitos dos terrenos acabaram por absorver parte da infraestrutura, como alguns postes de iluminação foram locados no interior de terrenos particulares. Algumas outras ruas e avenidas constituem de um grande passeio público e de áreas de jardim em frente às propriedades, como a rua Jacinto Leão da Silva (Figura 67), não se constituindo como praças ou espaços públicos de lazer e convívio.

Figura 67- Rua Jacinto Leão da Silva, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.



Algumas construções particulares entraram como acervo e marco arquitetônico na cidade, o principal exemplo é a Casa de Pedras (Figura 68) que pertenceu à escritora Zélia Diniz e sua família, construída na avenida Catarina de Abreu Silva. Enquanto a proprietária estivera viva, o local ficou conhecido como o Museu da Casa de Pedra que abrigou um dos principais e maiores acervos da história de Aragarças e região. Hoje a edificação está fechada desde o falecimento da escritora em dezembro de 2017, suas obras pessoais e todo o acervo construído foram divididos entre os filhos, a família Diniz de Aguirre e a prefeitura do município.

Figura 68- Fachada do antigo museu da Casa de Pedra, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A cidade foi sendo transformada ao longo dos anos, os símbolos e os significados foram alterados conforme as novas ocupações e relações estabelecidas com o território e com o rio Araguaia. A existência de uma área da cidade com acesso ao rio possibilitou que novas gerações construíssem vivências e vínculos com o Araguaia, sendo este o marco mais presente na história de Aragarças e região. A orla do rio na cidade (Figura 69) ou a parte conhecida como Cidade Baixa, precisamente a avenida Beira Rio, foi ocupada inicialmente pelo garimpeiro e posteriormente se reconfigurando conforme as novas ondas de migração.



Figura 69- Orla do rio Araguaia, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A modernização trouxe mudanças nas relações dos habitantes e visitantes com o rio. O comportamento contemporâneo priorizou uma relação indireta de usufruto, especialmente durante a alta temporada turística. Quando os níveis de água do rio estão baixos, entre os meses de junho e setembro, turistas acampam nas praias formadas por bancos de areia (Figura 70), aproveitando atividades de lazer promovidas pelo turismo ecológico, como pesca esportiva e festivais de praias.

Figura 70- Ocupações às margens do rio Araguaia, praia Quarto Crescente em Aragarças-GO.



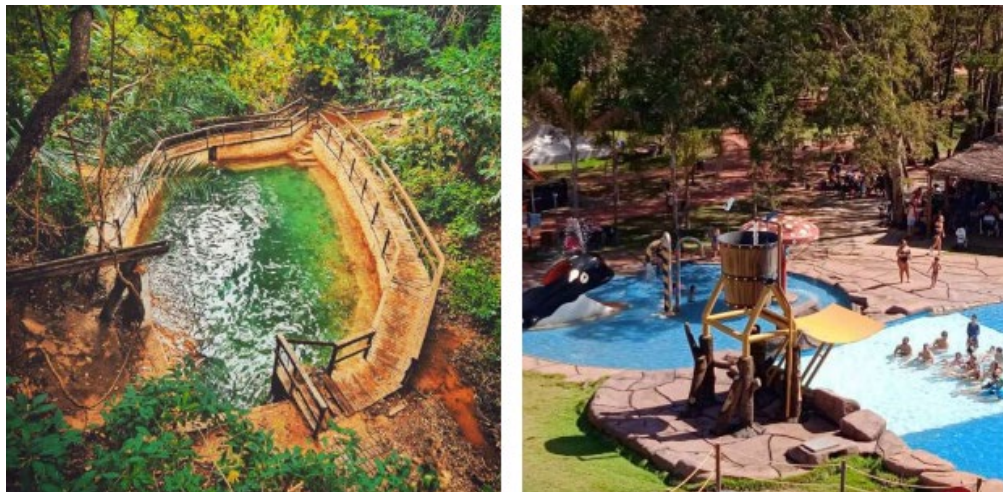
Fonte: Acervo pessoal, 2023.

De acordo com o Inventário da Oferta Turística de Aragarças (2022), o município conta com três sítios arqueológicos, Lobete, Núbia e Aragarças I, constituídos de rica biodiversidade.



A fauna local inclui peixes variados, como jacarés, capivaras, botos cor-de-rosa e até onças em seu habitat natural. Além, é possível usufruir da existência de clubes de águas termais, cujas temperaturas chegam a 40°C e possuem propriedades medicinais (Figura 71).

Figura 71- Clubes de Águas Termais em Aragarças-GO.



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Aragarças, 2022. Disponível em <<https://goias.gov.br/turismo/>> Acesso 15-out. 2024

Os turistas podem observar os encantos da paisagem às beiras do Araguaia com a reestruturação da praia do Quarto Crescente em Aragarças (Figura 72), implantação de restaurantes principalmente locados na Avenida Beira Rio, ademais hotéis e pousadas, ao todo sendo 20 hospedagens em pleno funcionamento, com 393 unidades habitacionais para locação em alta temporada, entre elas 4 adaptadas para pessoas com deficiência (Observatório do Turismo Estado de Goiás, 2022)

Figura 72- Ocupações às margens do rio Araguaia, praia Quarto Crescente em Aragarças-GO.



Fonte: Autor Desconhecido. Disponível em <<https://www.araguaivivo.com/rio-araguaia/>> Acesso 26 ago,2024



Outras praias formam-se durante o período de seca, como a Praia do Orley (Figura 73), em um área particular a cerca de 6 quilômetros do centro de Aragarças, saída no sentido da cidade de Baliza. O local oferece infraestrutura para turistas, incluindo quiosques e pratos típicos da culinária goiana. Já a praia do Cipó (Figura 74), próxima à do Quarto Crescente, é menos visitada devido à limitada oferta de infraestrutura, mas ainda atrai aqueles que buscam contato mais reservado com a natureza.

Figura 73- Praia do Orley às margens do rio Araguaia, próximo de Aragarças-GO.



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Aragarças, 2022. Disponível em <<https://goias.gov.br/turismo/>> Acesso 15-out. 2024

Figura 74- Praia do Cipó às margens do rio Araguaia, próximo de Aragarças-GO.



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Aragarças, 2022. Disponível em <<https://goias.gov.br/turismo/>> Acesso 15-out. 2024

Além das beiras do rio, a trilha ecológica do Deixado, que percorre o córrego Areia (Figura 75) e margeia o rio Araguaia, permite resgatar a memória histórica de Aragarças. O percurso, que varia entre 20 a 35 quilômetros, oferece contato com formações rochosas (Figura



76), cascatas e ruínas do antigo povoado, incluindo um cemitério (Figura 77) que remonta aos pioneiros da região.

Figura 75- Córrego Areia, Aragarças-GO.



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Aragarças, 2022. Disponível em <<https://goias.gov.br/turismo/>> Acesso 15-out. 2024

Figura 76- Cascata e formações rochosas no córrego Areia, Aragarças-GO.



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Aragarças, 2022. Disponível em <<https://goias.gov.br/turismo/>> Acesso 15-out. 2024



Figura 77- Ruínas do cemitério do povoado de Deixado, Aragarças-GO.



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Aragarças, 2022. Disponível em <<https://goias.gov.br/turismo/>> Acesso 15-out. 2024

Outro destaque na região é a Feira da Lua (Figura 78), localizada em Aragarças. Realizada na Avenida Getúlio Vargas, a feira é um espaço de convívio social e também importante ponto de consumo. O evento ocorre semanalmente aos sábados, com os primeiros feirantes iniciando suas atividades às 13h e encerrando por volta das 22h. Reconhecida como uma das maiores e mais frequentadas feiras livres da região, atrai moradores e visitantes das cidades vizinhas, como Barra do Garças e Pontal do Araguaia, consolidando-se como um marco cultural e econômico local.



Figura 78- Feira da Lua, espaço de recreação e alimentação, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

É através da feira que podemos observar e analisar comportamentos distintos entre moradores locais e migrantes viajantes de outras regiões. Pelo viés do feirante, observa-se a predominância da agricultura familiar (Figura 79), que tem grande influência na economia local no período de baixa temporada, quando os níveis das águas do Araguaia estão altos. Assim não torna-se possível fomentar a economia com o turismo local diretamente relacionado com o rio e as práticas de lazer e recreação.

Figura 79- Feira da Lua, em Aragarças-GO.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.



A história de Aragarças evidencia os impactos profundos das intervenções da FBC e das mudanças socioeconômicas que seguiram à sua extinção. O legado da Fundação, visível nas edificações remanescentes e na configuração urbana (Apêndice 1), representa tanto os avanços do período de progresso quanto os desafios impostos pela descontinuidade administrativa e pela falta de políticas de preservação. A cidade, marcada por ciclos de desenvolvimento conforme as frentes migratórias e as relações que se estabelecem com o rio, se adaptando às circunstâncias, enfrentando dilemas relacionados aos símbolos regionais e ao patrimônio de uma sociedade às beiras do Araguaia.

A ressignificação da relação entre os moradores e o rio Araguaia, assim como os esforços para a revitalização dos espaços urbanos, refletem a capacidade de Aragarças de se reestruturar. Contudo, o município permanece como um espaço de contrastes, onde os símbolos de progresso convivem com estruturas em ruínas, revelando um percurso histórico complexo e a necessidade de uma gestão integrada e sustentável.

Atualmente a cidade de Aragarças convive com os legados materiais e simbólicos da FBC, assim enfrentando desafios quanto à preservação da memória e das estruturas físicas que materializam a história dos grupos que consolidaram a região. Segundo a autora Ana Fani (2001), as transformações territoriais envolvem disputas de poder que alteram os fluxos econômicos e sociais. Com isso, os moradores tem buscado através do turismo uma nova frente econômica, com novos migrantes para a região, que são atraídos para conhecerem e visitarem o rio Araguaia dadas as novas estruturas que são constituídas que reforçam o potencial ecológico da região.

A relação dos moradores com a infraestrutura remanescente é incerta, não tendo apropriação das estruturas devido a ausência de políticas públicas que favoreçam a reabilitação e o desenvolvimento econômico sustentável. É certo que a chegada de turistas cria novas dinâmicas territoriais, o que também suscita tensões políticas e sociais. Revelando assim disputas pelo controle do território, o que segundo Ana Fani (2001), a territorialização é um processo ativo e marcado por conflitos entre atores locais e externos, os nativos e migrantes.

Essa dinâmica pode ser observada nas iniciativas de revitalização urbana, que em casos privilegiam interesses comerciais e turísticos em detrimento das demandas da população residente. Dessa forma, Aragarças se configura como um espaço em transição, um território híbrido constituído por marcas do passado e que segue buscando um equilíbrio entre a preservação histórica, desenvolvimento econômico e social, enfrentando os efeitos das mudanças estruturais introduzidas pela Fundação e com as novas ações do turismo contemporâneo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa explorou as complexas interações entre o espaço natural e as dinâmicas sociais, econômicas e culturais, com foco na centralidade do rio Araguaia na conformação histórica e urbana da cidade de Aragarças. A análise evidenciou que o rio transcende sua dimensão geográfica, atuando como elemento estruturante na produção do espaço urbano, na construção de identidades culturais e na mediação de disputas de poder ao longo do tempo.

Como apresentado por Lefebvre (1999), o espaço é produto de práticas sociais, sendo palco de confrontos entre representações do poder estatal e vivências individuais. Alinhado a essa perspectiva o rio Araguaia materializa tensões entre preservação e progresso, nativos e migrantes, e exploração econômica e resiliência cultural.

No primeiro capítulo, o rio é analisado como eixo estruturador da ocupação do Oeste brasileiro, desde os significados simbólicos atribuídos pelos povos originários da região, assim afirmado por Bachelard (1997), a água é símbolo universal de vida e transformação. E finaliza apresentando as intervenções promovidas pelas expedições coloniais marcadas por interesses econômicos e políticos.

Assim no segundo capítulo, em concordância às reflexões de Milton Santos (1999), a análise das práticas de territorialização destacou a imposição de lógicas de controle promovidas pela Fundação Brasil Central. Onde tais práticas não apenas redefiniram os usos do espaço urbano, como também fragmentaram os grupos sociais, criando distinções entre os nativos e migrantes. A ocupação de Aragarças, alinhada ao projeto nacional de integração do sertão, exemplifica o que Santos descreve como a produção do espaço por meio da convergência de interesses globais e locais, frequentemente em detrimento dos discursos ideários de diferentes povos.

No terceiro capítulo articulam-se os legados históricos diante das transformações contemporâneas, confrontando a dualidade gerada pela intensificação do turismo como novo eixo econômico regional. Diante dos conceitos apresentados por Raffestin (1993), que compreende o território como produto de relações de poder, Aragarças foi caracterizada como um território híbrido, onde práticas tradicionais e dinâmicas modernas coexistem.

As margens do rio Araguaia tornaram-se espaços de disputas simbólicas, enquanto os turistas veem o rio como um local de lazer, os moradores locais o identificam como fonte de sustento e repositório de memórias culturais, reafirmando a dimensão simbólica e material do espaço, conforme exposto por Santos (1997).

Dessa forma, evidencia-se a resolução dos objetivos da pesquisa com a identificação, mapeamento e análise das transformações e territorialidades de Aragarças, demonstrando como o



rio Araguaia opera como catalisador de processos espaciais e sociais. A pesquisa reforça a centralidade do espaço como construção histórica e política, permeada por múltiplos interesses e significados. Sob uma perspectiva teórica, ancorada por autores como Henri Lefebvre e Milton Santos, o trabalho reforça que a produção do espaço é fruto de práticas sociais que refletem as relações de poder e as dinâmicas econômicas e culturais de cada período.

Simultaneamente, destaca-se a relevância do resgate da memória e das narrativas locais para o fortalecimento da identidade regional e orientar as políticas públicas que considerem as especificidades culturais e naturais do território. A relação entre o rio e a cidade de Aragarças não se reduz a uma perspectiva funcional, indo além, deve ser reconhecida como elemento fundamental na articulação de práticas simbólicas, na formação de vínculos afetivos e na construção de significados coletivos.

Por fim, o trabalho contribui além dos estudos urbanos e territoriais, como também favorece uma reflexão ampla sobre coexistência entre natureza e sociedade. É exposta a necessidade de um planejamento territorial que equilibre a preservação ambiental, valorização cultural e inclusão social, de modo a promover a sustentabilidade e justiça espacial. O rio Araguaia e a cidade de Aragarças, em Goiás, enquanto expressões de um território em constante transformação reafirmam que os espaços habitados resultam das dinâmicas sociais, culturais e ambientais que os moldam ao longo do tempo.

Esse estudo foi possível de realização poderá contribuir com o fortalecimento da gestão sustentável do território, além de abrir caminhos para futuras investigações sobre as interações entre sociedade, cultura e meio ambiente em regiões de características semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. **Exposição A Marcha para o Oeste: a conquista do Brasil Central**. Disponível em: < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/10-exposicoes/314-a-marcha-para-o-oeste-a-conquista-do-brasil-central.html>>. Acessado em: 14 abril 2023.

AtoM - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Item 00079_03 - 00079_03**. Disponível em: <<https://www.atom.unb.br/>>. Acesso em: 21 set. 2024.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 202p.

BALDUS, Hebert. **Ensaio de etnologia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

BAUMAN, Z. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BERNARDI, B. **Introdução aos estudos etno-antropológicos: perspectivas do homem**. São Paulo: Edições 70, 1974. p. 50-61.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAIADO, Leolídio Di Ramos. **Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu**. Goiânia, Prefeitura. 1945. Disponível em: <<http://www.etnolingustica.org/>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 5ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. P. 15-47.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Significado Múltiplo das Águas. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec. USP, 2000. P. 15-25.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Araguaia: Leste/ Oeste**. Goiânia: Kelps, 1999. 148p.

DINIZ, Zelia dos Santos. **Município de Aragarças**. 2. ed. Aragarças: Alcacó, 2016.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Município de Aragarças**. Barra do Garças: Editora 31 de Março, 1990. 209p

GANDARA, G. S.; PEREIRA, R. C. M. **Às margens do Rio Araguaia... o Presídio Militar de Santa Leopoldina (Província de Goyaz, 1850-1959)**. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 146-164, 2017. DOI: 10.20396/labore.v11i2.8648589. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8648589>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - SEMAD. **Juntos pelo Araguaia**. Disponível em: <<https://www.meioambiente.go.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago.2021.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Inventário Turístico de Aragarças**. Disponível em: <<https://goias.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 23 set. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. 186p.

LACERDA, Larissa Alves; TREVISAN, Ricardo. **Aragarças no Brasil Central: Modernidades Pré-Brasília**. Salvador: Enanpar, 2018. 24p. Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/> >. Acesso em: 14 abril 2023.

Lanzellotti, José. **Lendas Indígenas: A criação do Mundo**. Disponível em: <<https://virtualia.blogs.sapo.pt/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Aragarças: A Cidade Encantada No Sertão De Goiás**. Horizontes Antropológicos 6.13 (2000): 65-87. Web.

LUZ, Jean Tavarez. **Fotos Históricas de Barra do Garças- MT e Aragarças – GO**. Barra do Garças, 13 março 2012. Facebook: jeantavarezluz. Disponível em: < <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=jeantavarezluz&set=a.3415170935330> > . Acessado em: 14 abril 2023.

MAUFRAIS, Raymond. **Abenteuer im Matto Grosso**. Paris. Éditions Julliard, 1951.

OLIVEIRA, Maria de Fátima; SILVA, Bruna Alves da. **As disputas simbólicas entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) no contexto da Marcha para o Oeste**. Revista de História Regional, v.25, n.2, p.166-186. Jul./Dez. 2020. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

ORDÁLIA, O. C. G. A.; NAZARENO, E. **Contatos Interétnicos no Vale do Araguaia: Os Iny e os Colonizadores entre os Séculos XVI e XX**. Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 200–226, 2020. DOI: 10.32991/2237-2717.2020v10i3.p200-226. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/443>. Acesso em: 18 abr. 2023.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. P.13-32.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988/ 1997.

SANTOS, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território, ano IV, nº6, p.5-20, jun., 1999.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. . São Paulo: Hucitec, 1998.

SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a concepção e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2000. P. 77-116.

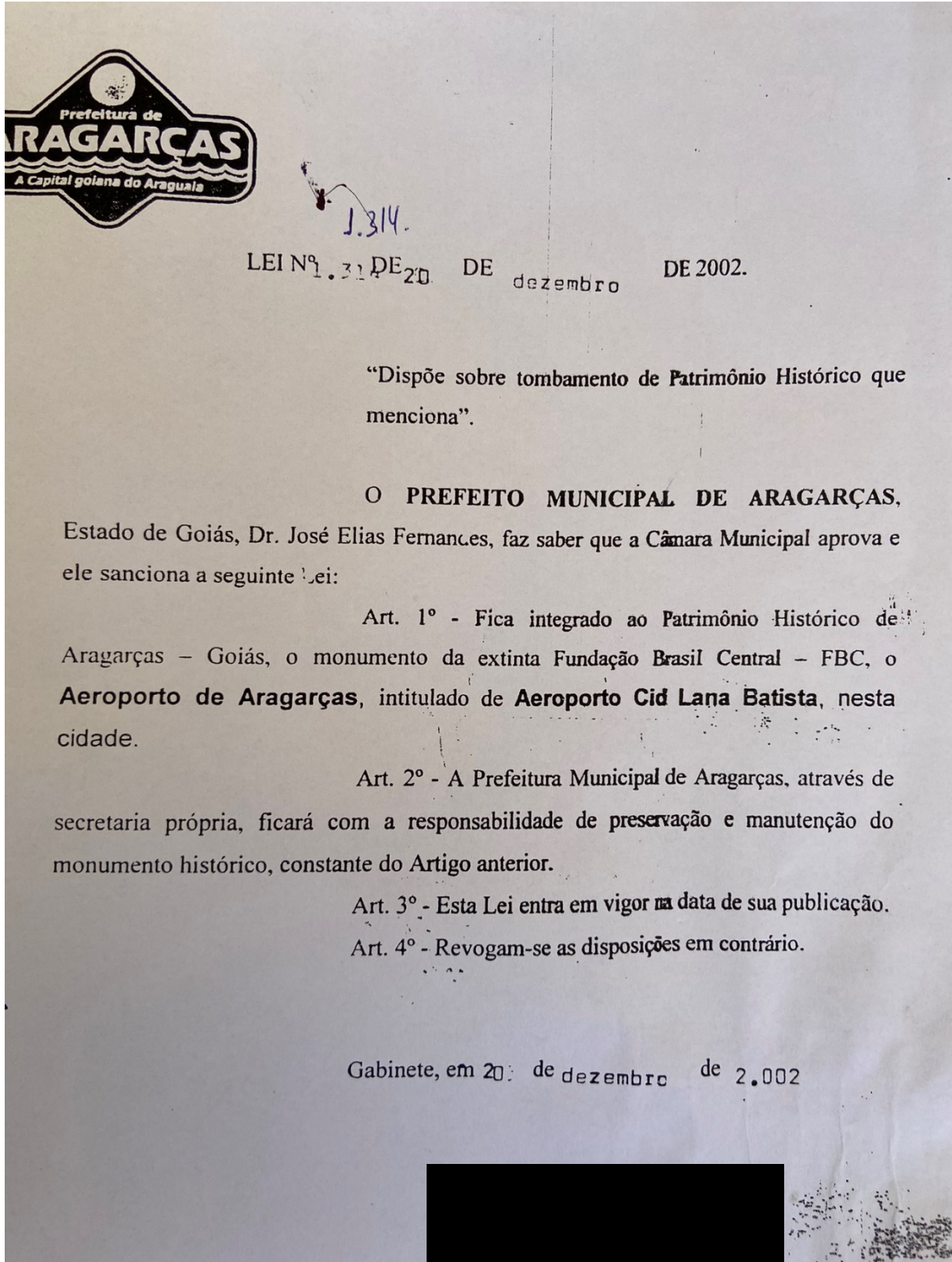
TOURNIER, R. **Lá longe, no Araguaia**. Conceição do Araguaia: Prelazia Dominicana, 1942. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

VARJÃO, Valdon. **Aragarças: portal da marcha para o Oeste**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1989. 353p.

VARJÃO, Valdon. **Janela do Tempo – Homenagem ao passado**. 3ª ed. 2004.

ANEXOS

Anexo 1 – Lei Nº1314 de 20 de dezembro de 2002 – Tombamento de Patrimônio Histórico do Aeroporto de Aragarças-GO.



Anexo 2 – Lei Nº 790 de 14 de maio de 1993 – Tombamento de Patrimônio Histórico do prédio da Caixa D'Água de Aragarças-GO.



00003'

ESTADO DE GOIÁS

Prefeitura Municipal de Aragarças

LEI Nº 790 de 14 de maio de 1.993.

"DISPÕE SOBRE TOMBAMENTO DA OBRA
HISTÓRICA QUE MENCIONA"

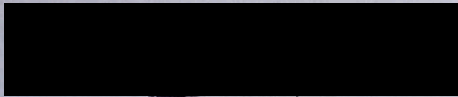
O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGARÇAS, Es
tado de Goiás, Sr. Sílvio Marcos Fernando Almeida Gomes, faz
saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte
lei:

Art. 1º- Fica o Prefeito Municipal au
torizado a proceder o TOMBAMENTO, para efeito de proteção ad
ministrativa e preservação de sua história, ao prédio da Caixa
D'Água, localizada no Setor Ceará, Conjunto "D", Quadra 13.

Art. 2º- O prédio, com o seu Tombame
mento, passará à condição de MONUMENTO Histórico do Município
de Aragarças e dele receberá a proteção necessária.

Art. 3º- Esta lei entra em vigor na
data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Aragarças, 14 de maio de 1.993.


Sílvio Marcos Fernando Almeida Gomes
Prefeito Municipal

APÊNDICES

Apêndice 1 - Identificação de Edificações Remanescentes e Traçado Urbano Contemporâneo de Aragarças- GO

